



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação
e a Agricultura



Disponibilidade, Acessibilidade e Uso da Terra

Pelos Deslocados Internos (IDPSs), Retornados e Comunidades acolhedoras
nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, Moçambique

CITAÇÃO NECESSÁRIA:

FAO. 2023. *Disponibilidade, Acessibilidade e Uso da Terra. Pelos Deslocados Internos (IDPs), Retornados e Comunidades acolhedoras nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, Moçambique*. Pemba.

Disponibilidade, Acessibilidade e Uso da Terra

Pelos Deslocados Internos (IDPSs), Retornados e Comunidades acolhedoras
nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, Moçambique

Índice

Prefacio	iv
Agradecimentos	v
Contribuintes	v
Abreviaturas e acrónimos	vi
Sumário executivo	vii
Antecedentes	viii
Objectivos	2
Metodologia	2
Visão geral das áreas de estudo	2
Quadro e dimensão da amostra e recolha de dados	3
Limitações do estudo	6
Constatações e recomendações	7
Posse e administração da terra	7
Introdução	7
Constatações	8
Recomendações	14
Atribuição de terras às pessoas deslocadas internamente	15
Constatações	16
Recomendações	17
Mapeamento dos blocos de produção agrícola	18
Constatações	18
Recomendações	18
Registo dos direitos de posse	19
Constatações	19
Recomendações	20
Meios de subsistência	20
Introdução	20
Constatações	20
Recomendações para a criação de meios de subsistência autónomos e resilientes para as IDPS, os retomados e as comunidades acolhedoras	26
Coexistência	27
Introdução	27
Constatações	27
Recomendações	30
Assistência humanitária	31
Introdução	31
Constatações	31
Recomendações: O que pedem as comunidades afectadas pela deslocação forçada?	32
Recomendações	34
Recomendações programáticas	34
Governo apoiado por parceiros humanitários e de desenvolvimento para:	34
Conclusão	36

Lista de tabelas

Tabela 1. População dos agregados familiares nos locais de reassentamento seleccionados	3
Tabela 2. Dimensão da amostra distribuída por distrito	4
Tabela 3. Número de agregados familiares entrevistados por tipo de população	5
Tabela 4. Propriedade da terra por tipo de população	9
Tabela 5. Tipo de acesso à terra por tipo de população	10
Tabela 6. Percepção da segurança da posse da terra por distrito	11
Tabela 7. Percepção da segurança da posse da terra entre os deslocados internos	12
Tabela 8. Percepção da segurança da posse da terra entre a comunidade acolhedora	13
Tabela 9. Percepção da segurança da posse da terra entre os retornados	13
Tabela 10. Disponibilidade de terras originais para os Retornados por distrito	14
Tabela 11. Dimensão do terreno atribuída por tipo de população	16
Tabela 12. Fonte de subsistência no local de origem para ambos os tipos de população	21
Tabela 13. Fonte de subsistência no local actual para ambos os tipos de população	21
Tabela 14. Produtos agrícolas com maior quota de mercado	24
Tabela 15. Barreiras de acesso a um mercado	26
Tabela 16. Tipos de conflitos registados entre os deslocados internos e as comunidades acolhedoras	29
Tabela 17. Conflitos relacionados com os recursos naturais	29

Lista de figuras

Figura 1. Locais de estudo em Nampula e Cabo Delgado, Moçambique	2
Figura 2. Acesso à terra para fins agrícolas por tipo de população	8
Figura 3. Tempo de acesso às terras agrícolas por tipo de população	8
Figura 4. Percentagem de agregados familiares sem acesso a documentação formal da terra por tipo de população	19

Prefacio

Em nome do povo de Cabo Delgado, gostaria de expressar a nossa gratidão pelo valioso apoio técnico e logístico prestado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) na realização deste estudo abrangente sobre a disponibilidade, acessibilidade e uso da terra pelos deslocados internos, famílias acolhedoras e retornados nas províncias de Cabo Delgado e Nampula. Este estudo, é de extrema importância para o Governo de Moçambique e parceiros de cooperação na implementação de programas que visam contribuir de forma significativa, positiva e impactante na reconstrução da vida dos mais de um milhão de deslocadas que se encontram acolhidos em vários distritos da província. Mais ainda, este estudo fornece informações vitais sobre os sistemas de subsistência agrícola e os meios de vida das comunidades, bem como avalia o nível de coexistência entre os deslocados, famílias acolhedoras e retornados.

Este relatório será um instrumento importante no alinhamento das actividades que complementam o Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024, bem como na promoção da recuperação e restauração das condições básicas para o desenvolvimento económico e social através do Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (PREDIN).

Sentimo-nos muito confortados por saber que os nossos irmãos e irmãs deslocados têm acesso à terra, como fundamentamos resultados deste estudo, que apontam para, mais de 94% dos deslocados que têm acesso à terra, seja através de blocos de produção atribuídos pelo governo, empréstimos ou acordos com as comunidades de acolhimento.

O Governo de Moçambique, particularmente na província de Cabo Delgado, continua empenhado em promover esforços colectivos de acordo com as orientações normativas, e respeitando a Política e Estratégia para a Gestão de Deslocados Internos, e a Convenção de Kampala da União Africana, juntamente com os parceiros de cooperação para desenvolver estratégias de apoio aos deslocados internos, Os parceiros de cooperação desenvolverão estratégias de apoio às pessoas internamente deslocadas, retornados e às famílias acolhedoras, sem discriminação étnica e religiosa, tendo em conta a dimensão das suas machambas, as condições agro-ecológicas das suas zonas de produção, bem como as preferências dos beneficiários quanto ao tipo de sementes, de animais de pequeno porte, materiais e equipamentos de pesca, para ga-

rantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades. O Governo continuará a dar prioridade ao diálogo na resolução de qualquer problema ou conflito que possa surgir.

no âmbito de atribuição de machambas aos deslocados pelas entidades Governamentais ou pelas famílias acolhedoras.

Em termos de assistência humanitária, o enfoque do governo vai além da ajuda de emergência imediata. E engloba acções de desenvolvimento centradas no reforço das capacidades dos extensionistas e dos beneficiários em áreas relevantes da agricultura inteligente face ao clima, adaptadas às necessidades específicas da população. É também uma prioridade da província investir em infra-estruturas, especialmente na irrigação, para enfrentar os desafios da escassez de água para fins agrícolas.

Estamos esperançosos que o governo, através do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), em estreita coordenação com a FAO e outros parceiros de meios de subsistência agrícolas, utilize efectivamente as conclusões e recomendações delineadas neste estudo para melhorar o bem-estar da população de Cabo Delgado.

Muito Obrigado.

O Governador da Província de Cabo Delgado

Valigé Tauabo



©FAO/Fábio De Sousa

Agradecimentos

A equipa de avaliação da FAO gostaria de agradecer ao Governo de Moçambique pela excelente liderança e coordenação na realização do estudo nas províncias de Cabo Delgado e Nampula. A equipa gostaria também de agradecer a várias agências das Nações Uni-

das (ONU), Organizações Não Governamentais (ONGs), membros do Grupo de Trabalho de Agricultura (AWG) e outros parceiros que directa ou indirectamente apoiaram a realização desta avaliação que foi levada a cabo num ambiente difícil.

Contribuintes

De Janeiro a Abril 2023

Lacerda Nema

Chefe do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Direcção Provincial de Agricultura e Pescas (DPAP), Cabo Delgado

Jacinto Nicurrupe

Chefe do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Direcção Provincial de Agricultura e Pescas (DPAP), Nampula

Jacqueline Were

Chefe do Escritório da FAO em Pemba
FAO

Brasilino Salvador

Agrónomo, Oficial de Projecto – Coordenação Técnica
FAO

Custódio Amaral

Especialista em Emergência e Resiliência
FAO

Mackay Rigava

Especialista em Posse de Terra
FAO

Sina Luchen

Agrónomo Regional de Emergência
FAO

Xabier Goiria Cortajarena

Consultor de Deslocações Forçadas
FAO

Matieu Henry

a.i. Director da Unidade Geoespacial
Divisão da Terra e da Água
FAO

Rashed Jalal

Perito em detecção remota, Unidade Geoespacial
Divisão da Terra e da Água
FAO

Abreviaturas e acrónimos

AWG	Grupo de Trabalho sobre Agricultura
DPAP	Direcção Provincial da Agricultura e Pescas
DTM	Matriz de Rastreio de Deslocações
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FGDs	Discussões em Grupo
GAP	Boas Práticas Agrícolas
GEE	Google Earth Engine
GIS	Sistema de Informação Geográfica
HHs	Agregados Familiares
IDPS	Pessoas Deslocadas Internamente
INGD	Instituto Nacional de Gestão de Desastres e Redução de Riscos
IOM	Organização Internacional para as Migrações
IPC	Classificação da Fase de Segurança Alimentar Integrada
KIIs	Entrevistas com Informantes-Chave
NSAG	Grupo Armado Não-Estatal
ONG	Organização Não-Governamental
PEGDI	Política e Estratégia para a Gestão dos Deslocados Internos
PRDC	Plano Nacional de Reconstrução de Cabo Delgado
PREDIN	Estratégia Nacional de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique
PSiDM	Política e Estratégia de Gestão das Deslocações Internas
RSs	Locais de Reassentamento
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas
ONU	Organização das Nações Unidas
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Sumário executivo

Fez-se uma avaliação da disponibilidade, acessibilidade e uso da terra pelos deslocados internos (IDPSIDPs), retornados e comunidades acolhedorasacolhedoras nos distritos de Balama, Chiure, Metuge, Mecufi, Montepuez, Mocimboa da Praia, Mueda, Palma e Quissanga (província de Cabo Delgado), Eráti e Meconta (província de Nampula). O estudo procurou compreender os sistemas de subsistência, a disponibilidade, o acesso e a utilização da terra e de outros recursos naturais, assim como avaliar o nível de coexistência entre os deslocados internos, os retornados e as comunidades acolhedorasacolhedoras. Para a recolha de dados quantitativos, foram entrevistados 2 113 agregados familiares (HH) de deslocados internos, retornados e comunidades acolhedorasacolhedoras. Para a recolha de dados qualitativos, foram realizadas 22 discussões de grupos focais (FGD) e 34 entrevistas a informantes-chave (KII). Fez-se uma avaliação por detecção remota e por Sistema de Informação Geográfica (GIS) para avaliar a cobertura e as alterações da cobertura do solo e a degradação do solo ao longo do tempo. Foi desenvolvido um protótipo de aplicação para facilitar a divulgação dos resultados da avaliação geoespacial com visualização dinâmica e apoiar a tomada de decisões. De acordo com os resultados da avaliação, 97 por cento dos deslocados internos, retornados e comunidades acolhedoras têm acesso a terras para a produção agrícola. Contudo, apenas 15 por cento dos deslocados internos com acesso à terra foram atribuídos pelo governo através dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) e dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI). Os restantes 85 por cento dos deslocados internos têm acesso à terra através de empréstimos, atribuição por terceiros, “compra”, herança, invasão de terras e “aluguer”. Apenas 58 por cento dos utilizadores de terra entrevistados possuem algum tipo de documentação que lhes confere os direitos de utilização de terras agrícolas. A maioria dos deslocados internos e, especialmente, os retornados consideram que as suas terras não estão seguras devido à falta de documentação legal dos seus direitos e segurança na maioria dos distritos afectados pelo conflito. A segurança da posse da terra é importante para os deslocados internos, para a coexistência pacífica das comunidades acolhedoras e para os retornados, para que possam obter meios de subsistência agrícolas sustentáveis e duradouras. A análise por detecção remota revela

que a área florestal diminuiu e que a degradação dos solos se concentrou mais a uma distância de 5 km do que a uma distância de 5 a 10 km dos locais de reassentamento (RS).

A fonte predominante de subsistência é, de longe, a produção agrícola, seguida da pecuária, da pesca, do comércio e de pequenos negócios. As principais culturas produzidas são o milho, a mandioca, o amendoim e o gergelim. O caju e a moringa são as principais culturas de plantação produzidas. Apenas 68 por cento das pessoas entrevistadas indicaram que produzem o suficiente para satisfazer as necessidades dos seus agregados familiares e 41 por cento indicaram que produzem o suficiente para o consumo do agregado familiar e têm um excedente para venda. Para maximizar a produção e a produtividade agrícola, o governo precisa de colocar no terreno um número suficiente de extensionistas competentes para dar formação aos deslocados internos, aos retornados e às comunidades acolhedorasacolhedoras sobre Boas Práticas Agrícolas (GAP) e criação de animais, a fim de aumentar a produção e a produtividade agrícola. O acesso a sementes de qualidade, fertilizantes, sistemas de cultivo que aumentem a fertilidade do solo e outros meios de correcção do solo são também importantes para garantir a segurança alimentar e nutricional.

Relativamente à coexistência entre os deslocados internos e as comunidades acolhedoras, o estudo identificou a assistência humanitária como a principal causa de tensões, uma vez que os parceiros humanitários, no início da deslocação, distribuíram assistência somente aos deslocados internos mas não às comunidades acolhedorasacolhedoras. Isto levou a casos em que os proprietários a retirarem a terra emprestada aos deslocados. Os mecanismos de resolução de conflitos que envolvem os líderes comunitários nem sempre resolvem as questões de desapropriação devido à falta de acordos formais, o que afecta o acesso seguro IDPSdos IDPs à terra. Outras causas de tensão incluem a gestão e a utilização dos recursos naturais (nomeadamente os recursos hídricos e florestais). É necessário criar confiança entre as comunidades, através de actividades de subsistência conjuntas e de plataformas de diálogo, e reforçar as capacidades das instituições consuetudinárias de resolução de conflitos, para lidar com os conflitos relacionados com a terra e outros.



Os deslocados internos, os membros da comunidade acolhedoraacolhedoras e os retornados sublinharam a necessidade de consultar os beneficiários antes da prestação de assistência. O apoio em termos de factores de produção agrícola deve incluir assistência técnica e formação sobre as boas práticas agrícolas. Outras áreas prioritárias de apoio incluem pequenos negócios, o apoio através da cadeia de valor e a gestão das per-

das pós-colheita. A reconstrução das infra-estruturas é fundamental para o restabelecimento, especialmente para os retornados, visto que o conflito teve um impacto significativo na sua destruição. É necessário prestar um apoio agrícola abrangente para reconstruir a capacidade de resistência e a auto-suficiência das pessoas deslocadas internamente e dos retornados, criando as bases para a obtenção de soluções duradouras.

Antecedentes

Desde 2017, o norte de Moçambique tem vivido um conflito entre o Governo moçambicano e um Grupo Armado Não-Estatal (NSAG) conhecido localmente por Ahlu Sunna Waljama'a ou Al-Shabaab, que tem alegadas ligações com o Estado Islâmico. O NSAG assumiu o controlo das zonas costeiras e dos centros urbanos de Cabo Delgado, nomeadamente das cidades de Palma e Mocimboa da Praia, assim como de outras como Quissanga, provocando deslocações em massa desde o início do conflito em 2017. Na altura em que o estudo foi realizado, e de acordo com a Matriz de Rastreamento de Deslocações (DTM) de Novembro de 2022 realizada pela Organização Internacional para as Migrações (IOM), havia mais de um milhão de deslocados

internos no norte de Moçambique, o que representa um aumento de quase 300.000 pessoas em relação ao ano anterior. De acordo com o último relatório da Classificação Integrada de Fase (IPC) (Março de 2023), mais de 40 por cento das IDPSs em Cabo Delgado estão a enfrentar uma crise ou níveis mais elevados de insegurança alimentar. A maioria dos deslocados internos está alojada nos distritos do sul da província de Cabo Delgado e nos distritos do norte da província de Nampula.

A presença de forças militares internacionais, desde 2021, compostas pelas Forças de Segurança do Ruanda e pela Missão da Comunidade para o Desenvolvimento da África

Austral em Moçambique, em conjunto com as Forças de Defesa de Moçambique, afastaram o NSAG das zonas urbanas que anteriormente controlavam, empurrando-os para as zonas interiores, maioritariamente cobertas por florestas. O restabelecimento da paz em áreas anteriormente ocupadas pelo NSAG, como Palma, Mocimboa da Praia e Quissanga, permitiu que os deslocados internos regressassem às suas áreas de origem. De acordo com a 17ª Ronda da DTM da IOM, cerca de 30 por cento dos deslocados internos tinham regressado às suas áreas de origem na altura em que o estudo foi realizado.

Em Moçambique, mais de 80 por cento da população rural obtém os seus meios de subsistência e rendimentos da agricultura de subsistência em explorações de terra que são geralmente de tamanhos que variam entre 0,5 e 2 hectares e, apesar da crise actual, as pessoas deslocadas - quer tenham regressado às suas comunidades de origem ou estejam agora a viver em novas comunidades - desejam continuar a procurar os seus meios de subsistência. Para permitir que os deslocados continuem com os seus meios de subsistência agrícola, o Governo de Moçambique desbravou áreas de terra para as atribuir aos deslocados. Estas áreas são designadas por blocos de produção, que são posteriormente divididos em parcelas de terra de cerca de 0,5 hectares, que são atribuídas aos deslocados internos. Estas pequenas parcelas de terra (campos de cultivo) são conhecidas localmente como *machambas*. Por outro lado, o Governo de Moçambique atribuiu terras para habitação aos deslocados internos, conhecidas como Locais de Reassentamento (RSSs). Os RSSs estão normalmente localizados junto a uma aldeia ou centro urbano já existente, no entanto, os blocos de produção estão a uma distância variável dos RSSs, dependendo do distrito. A disponibilidade e o acesso seguro a terras adequadas para a agricultura são fundamentais para alcançar a auto-suficiência e meios de subsistência sustentáveis para as pessoas deslocadas, para evitar a insegurança alimentar e a deslocação contínua.

A deslocação forçada implica a perda de meios de subsistência, bens e redes de segurança social, o trauma subsequente de testemunhar e sofrer violência e de ter de deixar tudo para trás. As competências das IDPSIDPs podem variar em função da sua área de origem e dos seus meios de subsistência originais, o que terá impacto na sua capacidade de adaptação às áreas onde se reinstalaram, especialmente se as oportunidades de subsistência disponíveis não corresponderem às suas. Tudo isto torna as IDPSIDPs extremamente vulneráveis e, por conseguinte, é de maior importância compreender as suas realidades, necessidades, antecedentes e competências específicas, para que os governos, a ONU e outros intervenientes possam responder eficazmente.

O Governo de Moçambique criou vários quadros para responder à crise, nomeadamente a Política e Estratégia de Moçambique para a Gestão de Deslocações Internas (PSiDM), a Estratégia Nacional de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (PREDIN), o Plano Nacional de Reconstrução de Cabo Delgado (PRDC) e o Princípio Orientador sobre o Retorno, Realojamento e Reassentamento. Estes quadros estão de acordo com a Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, ratificada pelo Governo de Moçambique em 2019.

Os governos e outros intervenientes, incluindo as agências das Nações Unidas, têm de resolver a situação imediata das questões diversas e específicas do contexto das IDPSIDPs, trabalhando em conjunto para encontrar soluções duradouras. As soluções duradouras são alcançadas quando as pessoas deslocadas deixam de necessitar de protecção ou de assistência humanitária devido à deslocação e podem usufruir plenamente dos seus direitos humanos sem discriminação. As soluções duradouras incluem a integração local na área de acolhimento, o regresso ao local de origem, ou o reassentamento noutra área. Para tal, o Governo de Moçambique, a ONU e outros parceiros devem trabalhar no âmbito do Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz (HDP), investindo na resiliência e auto-suficiência das IDPSIDPs, a par de apoio humanitário complementar de curto prazo para satisfazer as necessidades básicas, contribuindo simultaneamente para a paz a nível local.

Contudo, existe uma lacuna global de dados sobre as necessidades, capacidades e prioridades das IDPSIDPs, e a assistência humanitária que não tem em conta estas considerações ficando dependente de ciclos de financiamento de curto prazo centrados na prestação imediata de assistência humanitária de emergência, sem abordar questões como os meios de subsistência, a gestão dos recursos naturais e a coexistência pacífica. Este estudo é um esforço da FAO para colmatar esta lacuna de falta de dados e com vista a criar soluções duradouras para os deslocados internos em parceria com o Governo. O Governo de Moçambique reconheceu esta lacuna especificamente na informação sobre a disponibilidade, acessibilidade e uso da terra pelas pessoas afectadas pelo conflito. Dado que a terra é fundamental para a subsistência agrícola, a segurança alimentar, a auto-suficiência, a resiliência e a obtenção de soluções duradouras nas zonas rurais, o Governo de Moçambique solicitou à FAO a realização de um estudo sobre a disponibilidade, acesso e uso da terra pelos deslocados internos, comunidades acolhedoras e retornados nas províncias de Cabo Delgado e Nampula.

Objectivos

O principal objectivo do estudo foi avaliar, através de uma abordagem integrada, a disponibilidade, acessibilidade e uso da terra pelos deslocados internos, retornados e comunidades acolhedoras nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, para determinar o seu impacto na produção de alimentos e nos meios de subsistência. A ava-

liação procurou compreender os sistemas de subsistência, o acesso e a utilização da terra e de outros recursos naturais, bem como avaliar o nível de coexistência pacífica na perspectiva das pessoas deslocadas, dos retornados e das comunidades acolhedoras, combinando dados e informações de diferentes domínios e fontes.

Metodologia

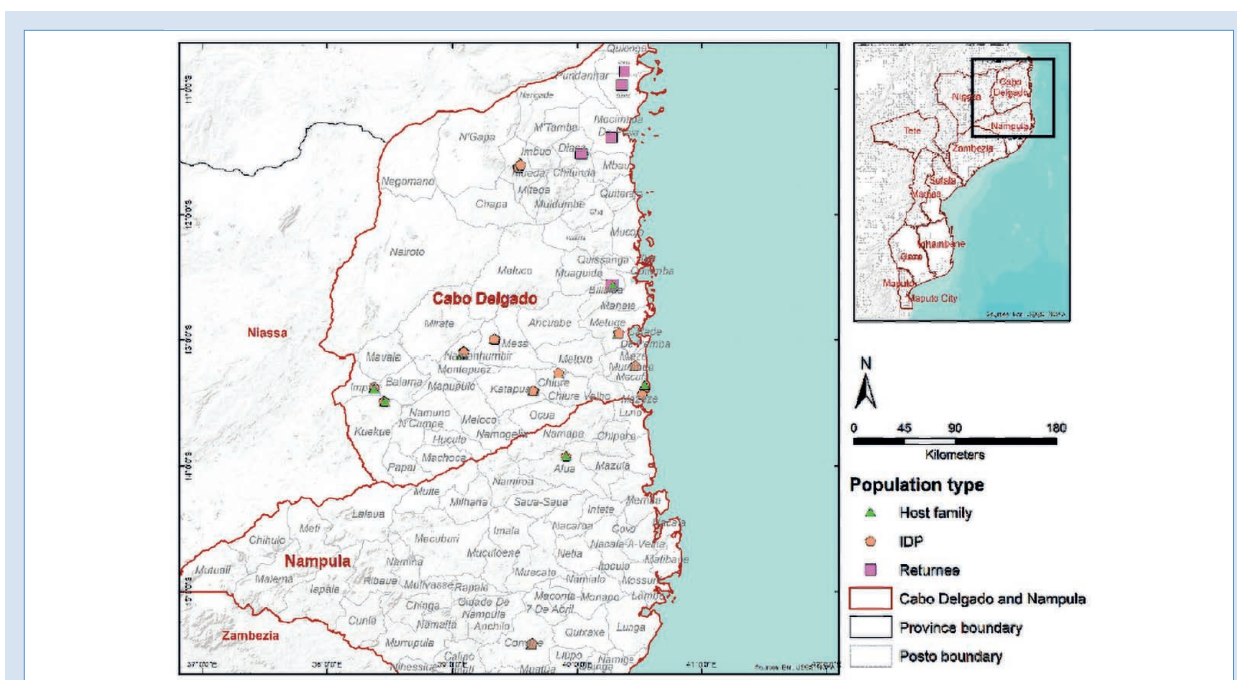
A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) realizou o estudo em colaboração com o Governo de Moçambique através da Direcção Provincial de Agricultura e Pescas (DPAP), Instituto Nacional de Gestão de Desastres e Redução de Riscos (INGD), Direcção Provincial de Terras e Ambiente, Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) e Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI). A recolha de dados no terreno decorreu entre 03 e 15 de Março de 2023.

VISÃO GERAL DAS ÁREAS DE ESTUDO

O inquérito abrangeu onze distritos - Quissanga, Mocimboa da Praia, Palma, Chiúre, Montepuez, Balama, Metuge, Mecúfi, Mueda (Cabo Delgado) e Erati e Meconta (Nampula).

Graças ao melhoramento da situação de segurança devido à presença de forças de segurança internacionais, os deslocados internos começaram a regressar a Quissanga, Palma e Mocimboa da Praia em 2022. Nestes três distritos, a equipa fez o levantamento da situação dos retornados. Os nove distritos restantes estavam a acolher deslocados internos em RSSs e os deslocados internos em comunidades acolhedoras.

FIGURA 1 Locais de estudo em Nampula e Cabo Delgado, Moçambique



Fontes: Fronteiras administrativas da plataforma Humanitarian Data Exchange (HDX); locais de estudo da avaliação no terreno.

QUADRO E DIMENSÃO DA AMOSTRA E RECOLHA DE DADOS

Os distritos e os RSs e comunidades correspondentes foram seleccionados com base no número de pessoas deslocadas que vivem nos RSs, no número de famílias que acolhem pessoas deslocadas ou famílias nas comunidades acolhedoras/acolhedoras, no número de Retornados no distrito de origem e nas condições de segurança nos locais.

Com base nas listas do INGD da população de pessoas deslocadas e retornadas actualizadas até 2023, foram seleccionados nove distritos, nomeadamente Chiúre, Montepuez, Balama, Quissanga, Metuge, Mecúfi, Mueda, Mocímboa da Praia e Palma na província de Cabo Delgado e Erati e Meconta na província de Nampula. Usando os mesmos critérios, foram seleccionados 29 RSs nos onze distritos.

TABELA 1 População dos agregados familiares nos locais de reassentamento seleccionados

PROVÍNCIA	DISTRITO	LOCAL DE REASSENTAMENTO/ COMUNIDADE ACOLHEDORA	GRUPO POPULACIONAL (HHs)	NÚMERO TOTAL DE HH POR LOCAL DE REASSENTAMENTO	NÚMERO TOTAL DE AGREGADOS FAMILIARES POR DISTRITO
Cabo Delgado	Chiure	Marrupa	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.059	6.081
		Meculano	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.099	
		Katapua	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	950	
		Maningane	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	2.410	
		Megaruma	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	563	
	Balama	Impiri	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	520	740
		Kwekwe	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	220	
	Montepuez	Nacaca	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	4.137	14.230
		Mapupulo-Piloto	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.266	
		Ntele	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	7.782	
		Nanhupo B	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	511	
		Mararrange	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	534	
	Mecufi	Murrebwe	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	600	1.250
		Sambene	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	650	
	Metragem	Ngalane	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.498	4.222
		Ntokota	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.900	
		Nanlia	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	594	
		Mieze	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	230	
	Mueda	Eduardo Mondlane	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	2.341	5.707
		Mpeme	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.560	
Lyanda		Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.806		
Palma	Quionga	Retornados / Comunidade acolhedora	1.982	10.097	
	Palma Sede	Retornados / Comunidade acolhedora	6.095		
	Sem som	Retornados / Comunidade acolhedora	914		
	Senga	Retornados / Comunidade acolhedora	1.106		
M. da Praia	Sede	Retornados / Comunidade acolhedora	12.202	12.202	
Quissanga	Sede e Bilibiza	Retornados / Comunidade acolhedora	2.809	2.809	
Nampula	Erati	Alua	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	970	970
	Meconta	Corrano	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.600	1.600
Total				59.908	59.908

A dimensão mínima da amostra por distrito para os subgrupos de interesse (deslocados internos, membros da comunidade acolhedora e Retornados) foi estimada utilizando a seguinte fórmula de amostra:

$$n = \frac{N}{1 + N * (e^2)}$$

Foi implementada uma quota de amostra de 35 por cento nas famílias de acolhimento para garantir que as conclusões sobre este tipo de agregados familiares fossem representativas. A distribuição da amostra resumida na tabela abaixo é uma representação fiável e boa da situação no terreno em termos dos subgrupos. Usando uma margem de erro de sete por cento e um nível de confiança de 95 por cento, foi seleccionado um total de 2 066 agregados familiares (HHs) para os 11 distritos.

TABELA 2 Dimensão da amostra distribuída por distrito

PROVÍNCIA	DISTRITO	GRUPO POPULACIONAL (HHs)	NÚMERO TOTAL DE HHs	POR CENTO DA QUOTA DA AMOSTRA PARA A COMUNIDADE ACOLHEDORA	TAMANHO DA AMOSTRA
Cabo Delgado	Chiure	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	6.081	35	197
	Balama	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	740	35	160
	Montepuez	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	14.230	35	201
	Mecufi	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.250	35	175
	Metragem	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	4.222	35	195
	Mueda	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	5.707	35	197
	Palma	Retornados / Comunidade acolhedora	10.097	-	200
	M. da Praia	Retornados / Comunidade acolhedora	12.202	-	201
	Quissanga	Retornados / Comunidade acolhedora	2.809	-	190
Nampula	Erati	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	970	35	169
	Meconta	Deslocados internos / Comunidade acolhedora	1.600	35	181
Total			59.908		2.066



©FAO/Fábio De Sousa

Para seleccionar 2.066 agregados familiares, utilizou-se um desenho de amostragem em vários estágios, com uma amostra aleatória simples (RSSRS) estratificada por grupos populacionais em cada um dos distritos seleccionados. As unidades de observação incluíam os agregados familiares deslocados internamente que viviam em RSSRSs, os que viviam em famílias de acolhimento e os agregados familiares retornados.

Em cada RS e/ou comunidade, foi elaborada uma lista de todos os agregados familiares com os líderes locais e os funcionários distritais. Cada HH foi listado e foi-lhe atribuído um número. Foi utilizada a técnica de amostragem aleatória simples para seleccionar os agregados familiares. Para o processo de aleatorização, os números aleatórios foram gerados no Microsoft Excel e depois foram ordenados do menor para o maior. Com base na dimensão da amostra calculada em cada SR, foram seleccionados para a amostra os números mais pe-

quenos. Em caso de ausência, recusa ou outros motivos, foi seleccionado o número mais pequeno seguinte da lista que não tinha sido seleccionado. O procedimento foi repetido até se encontrar um número suficiente de potenciais inquiridos.

O estudo combinou métodos quantitativos, qualitativos e de detecção remota para a recolha de dados. O inquérito foi realizado através de entrevistas presenciais ao nível dos agregados familiares. Os dados quantitativos foram recolhidos através de um questionário estruturado carregado no KoboToolbox, uma plataforma de recolha de dados baseada na Web. Foi entrevistado um total de 2 113 agregados familiares. À medida que os dados foram limpos e verificados, foram calculadas tabelas de frequência e os resultados foram desagregados por grupo populacional, localização e género do chefe do agregado familiar. Para as variáveis contínuas, foram utilizados os valores médios. A análise dos dados foi efectuada utilizando o Stata, um pacote estatístico para análise de dados.

TABELA 3 Número de agregados familiares entrevistados por tipo de população

PROVÍNCIA	DISTRITO	FAMÍLIAS ENTREVISTADAS			
		IDPs	FAMÍLIA ACOLHEDORAS	RETORNADOS	TOTAL
Cabo Delgado	Balama	102	66	0	168
	Chiure	145	80	0	225
	Mecufi	96	57	0	153
	Metragem	114	75	0	189
	Mocimboa da Praia	0	20	189	209
	Moeda	145	56	0	201
	Montepuez	155	49	0	204
	Palma	0	27	183	210
	Quissanga	0	51	149	200
Nampula	Erati	20	175	0	195
	Meconta	100	59	0	159
Total		877	715	521	2 113

As técnicas de recolha de dados incluíram discussões dos grupos focais com participantes representativos de homens e mulheres das IDPs, das comunidades acolhedoras e dos Retornados e entrevistas com as autoridades governamentais a nível provincial e distrital, IDPs, Retornados e líderes das comunidades acolhedoras e membros da comunidade. As discussões dos grupos focais foram conduzidas separadamente com deslocados internos e comunidades acolhedoras. As discussões dos grupos focais foram realizadas tanto com homens assim como com mulheres, mas, posteriormente, as participantes do sexo feminino foram separadas e foram-lhes colocadas perguntas específicas. Foi realizado um total de 56 entrevis-

tas, 22 das quais foram FGD e 34 com informantes-chaves (KII). Os dados foram depois transcritos e analisados utilizando, numa primeira fase, códigos dedutivos e indutivos.

Para além da observação directa, as alterações na agricultura, floresta, biomassa e degradação do solo foram avaliadas utilizando tecnologias geoespaciais para fornecer informação espacialmente explícita sobre as alterações dentro e em redor dos RSs e nos blocos de produção. As classes do solo do mapa nacional de ocupação do solo de 2016¹ foram consideradas para a cartografia da ocupação do solo e subsequente avaliação.

¹ FNDS (2020). Relatório do Mapa de Cobertura Florestal de Moçambique 2016. Maputo, Moçambique.

As amostras para o mapeamento da ocupação do solo foram recolhidas do mapa nacional através da atribuição de duzentos pontos de amostragem seleccionados aleatoriamente para cada uma das ocupações do solo. Os valores anómalos para cada uma das classes de ocupação do solo foram identificados utilizando várias bandas espectrais e índices e excluídos da análise posterior. Os dados de análise pronta do Sentinel 2, disponíveis através do Google Earth Engine (GEE), foram recuperados para o desenvolvimento de mapas de ocupação do solo de 2016 (antes) e 2021 (depois). Foram utilizadas todas as imagens de Janeiro a Dezembro dos anos de 2016 e 2021. As nuvens foram mascaradas e transformadas em compósitos temporais para obter imagens espacialmente homogéneas e temporalmente equidistantes, permitindo um quadro de processamento uniforme para a área de interesse. Para além das imagens de satélite, os dados auxiliares utilizados para cartografar a ocupação do solo foram a elevação, a inclinação e o aspecto (derivados dos dados SRTM 30m). Foi adoptada uma abordagem de análise de imagem baseada em objectos para criar objectos de imagem. Uma vasta gama de características espectrais e espaciais foi considerada no processo de classificação. Para a classificação da ocupação do solo, foi utilizado o Random Forest, um algoritmo popular de aprendizagem automática supervisionada. Foi preparado um mapa de alteração da ocupação do solo através da sobreposição dos mapas de ocupação do solo de 2016 e 2021, que foi posteriormente utilizado para a análise da alteração da biomassa. A avaliação da degradação do solo foi efectuada utilizando o módulo SEPAL SDG 15.3.1, seguindo as orientações de boas práticas sobre o indicador SDG 15.3.1². Foi desenvolvido um protótipo da aplicação GEE³ para facilitar a divulgação dos resultados com visualização dinâmica e para apoiar a tomada de decisões informadas sobre a afectação de terras com uma análise multicritério flexível. Em particular, através da aplicação GEE, o utilizador pode seleccionar qualquer local de reassentamento e escolher uma distância de segurança para visualizar as alterações da cobertura do solo entre 2016 (antes) e 2021 (depois) e a degradação do solo durante os períodos de referência (2000-2015) e de monitoria (2016-2021). Os utilizadores podem também avaliar a disponibilidade de terras dentro da área de interesse escolhida que satisfaça os critérios seleccionados (por exemplo, coberturas de terra de 2021 ou 2016, topografia, etc.). A aplicação será melhorada tendo em conta a disponibilidade de novos dados e as necessidades dos utilizadores.

² <https://www.unccd.int/resources/manuals-and-guides/good-practice-guidance-sdg-indicator-1531-proportion-land-degraded>

³ <https://himal781.users.earthengine.app/view/mzidpv1>

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As limitações deste estudo incluem:

- O facto de um grande número de deslocados internos se deslocar todos os dias para fora dos RSs estabeleceu dificuldades nos esforços de visita e recolha de dados em algumas zonas.
- As restrições de viagem devido aos conflitos locais em curso obrigaram a equipa de avaliação a excluir algumas zonas potenciais da avaliação.
- Devido a questões de segurança, particularmente nos distritos do norte de Cabo Delgado, foi pedido aos agregados familiares seleccionados para serem entrevistados que se reunissem numa área específica e segura, violando o princípio da condução ao nível do agregado familiar, colocando desafios à recolha de referências geográficas ao nível do agregado familiar.
- A variedade de línguas faladas tornou, por vezes, necessárias traduções a três níveis, desde as línguas locais (sobretudo makonde e makua) ao português e ao inglês.

Contudo, a análise apresentada oferece uma visão e acrescenta nuances à discussão sobre a posse e uso da terra, meios de subsistência sustentáveis como uma componente de soluções duradouras para pessoas deslocadas, Retornados e comunidades acolhedorasacolhedoras. Além disso, a triangulação de dados quantitativos com dados qualitativos reforça e corrige a análise de dados quantitativos.

As limitações das avaliações geoespaciais incluem:

- Falta de dados terrestres e baixa precisão dos dados de base. Sem dados terrestres, era difícil separar as classes de vegetação (por exemplo, tipos de floresta, agricultura, etc.).
- No Inventário Florestal Nacional (IFN), os dados de biomassa não estavam disponíveis para todas as classes de ocupação do solo. Por conseguinte, foi utilizada a biomassa média para a classe floresta e zero para outras classes de ocupação do solo para as quais não existiam dados de biomassa no IFN.

Constatações e recomendações

POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA TERRA.

Introdução

A maior parte da terra em Moçambique está sob posse consuetudinária. O sistema de posse consuetudinário é formal e é reconhecido e protegido pela constituição e pela Lei de Terras de 1997 (No. 19/97), doravante designada por Lei de Terras. As comunidades locais detêm a terra ao abrigo do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) perpétuo em virtude da ocupação tradicional e têm poderes de gestão da terra e dos recursos naturais que lhes são devolvidos pelo Estado. As comunidades locais não precisam necessariamente de registar os DUATs para fazer valer a sua autoridade administrativa sobre a terra sob a sua jurisdição. A Lei de Terras reconhece os direitos consuetudinários das comunidades aos seus territórios tradicionais e reconhece os direitos à terra das comunidades e dos indivíduos adquiridos através de sistemas consuetudinários. Além disso, a Lei de Terras e as emendas subsequentes dão à comunidade local funções claras e delegadas de administração de terras e recursos naturais dentro das suas áreas de jurisdição.

As soluções duradouras para as comunidades afectadas por deslocamentos dependem em grande medida do acesso seguro à terra e a outros recursos naturais produtivos, tais como a pesca, as florestas e a água, e da forma como o conseguem. As regras que definem como, em que condições e durante quanto tempo se pode aceder à terra e a outros recursos naturais são fundamentais para soluções duradouras em contextos de deslocamento, uma vez que a posse insegura da terra pode impedir o investimento a longo prazo das comunidades em meios de subsistência e pode desencadear conflitos e deslocamentos contínuos.

O direito à terra em contextos de deslocamento é importante como meio de as IDPS construírem uma vida com dignidade, com reconhecimento, respeito e apoio da comunidade em geral e do governo. O acesso seguro à terra, às pescas e às florestas contribui para a integração das IDPS nas economias locais e nos sistemas sociais das zonas de destino, bem como para a reintegração dos retornados nas suas zonas de origem, e é fundamental para reforçar a segurança alimentar e nutricional, promover oportunidades de subsistência e fomentar a coexistência pacífica nas comunidades rurais.



©FAO/Fábio De Sousa

Constatações

Disponibilidade e acesso à terra

Embora em quantidades variáveis, a terra agrícola esteja disponível e acessível à maioria dos utilizadores da terra, que incluem as IDPSs, os retornados e as comunidades acolhedoras, o nível de acesso à terra para fins agrícolas difere por tipo de população. De acordo com as constatações, 97 por cento dos deslocados internos, dos retornados e das comunidades acolhedoras incluídos no estudo têm acesso a terra para fins agrícolas. O maior acesso à terra foi registado nas comunidades acolhedoras (99 por cento), seguido dos retornados (98 por cento) e, por último, dos deslocados internos (94 por cento). Isto mostra que, relativamente, há uma necessidade de abordar as necessidades de terra das IDPSs, considerando que a avaliação não abrangeu todos os locais de IDPSs.

A avaliação também constatou que o acesso à terra por distrito é bem superior a 95 por cento, excepto no distrito de Metuge, onde aqueles que indicaram um acesso favorável à terra ascendem a 87 por cento. A evidência empírica implica que existe pressão para a terra no distrito de Metuge. Este distrito foi um dos primeiros a receber a vaga de deslocados internos e continua a ser um destino de eleição com mais de 141 642 deslocados internos registados em Novembro de 2022 (OIM/DTM, 17ª Ronda).

Durante o auge da crise, entre 2017 e 2022, as deslocações em massa colocaram uma elevada procura de terra em áreas mais seguras do país, especialmente em Cabo Delgado e nas províncias vizinhas, como Nampula. As estatísticas sobre a atribuição de terras aos deslocados internos são uma boa prova das deslocações em massa que ocorreram entre 2017 e 2022.

FIGURA 2 Acesso à terra para fins agrícolas por tipo de população

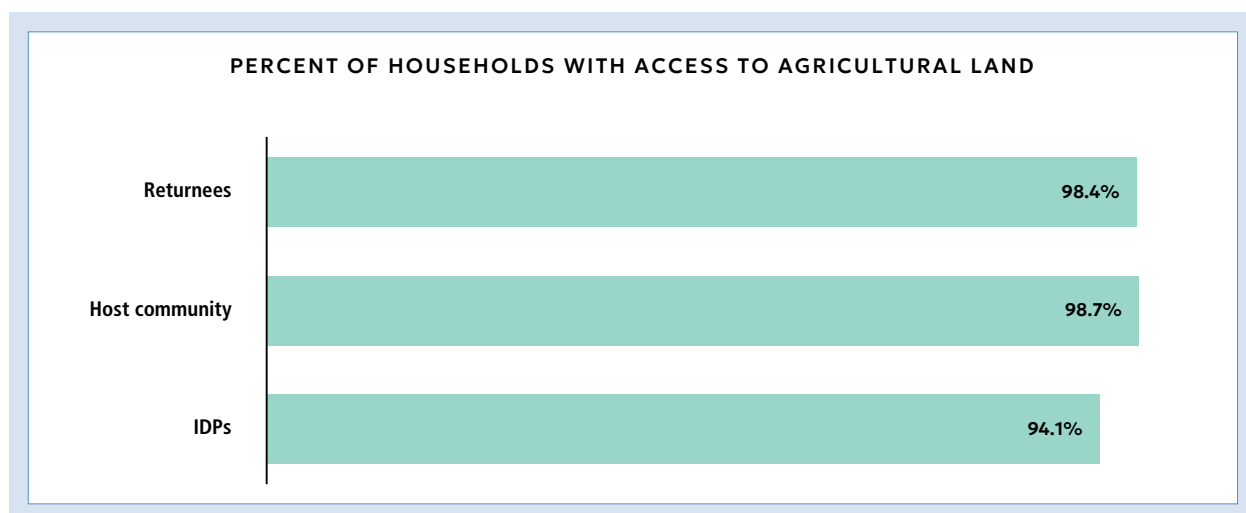
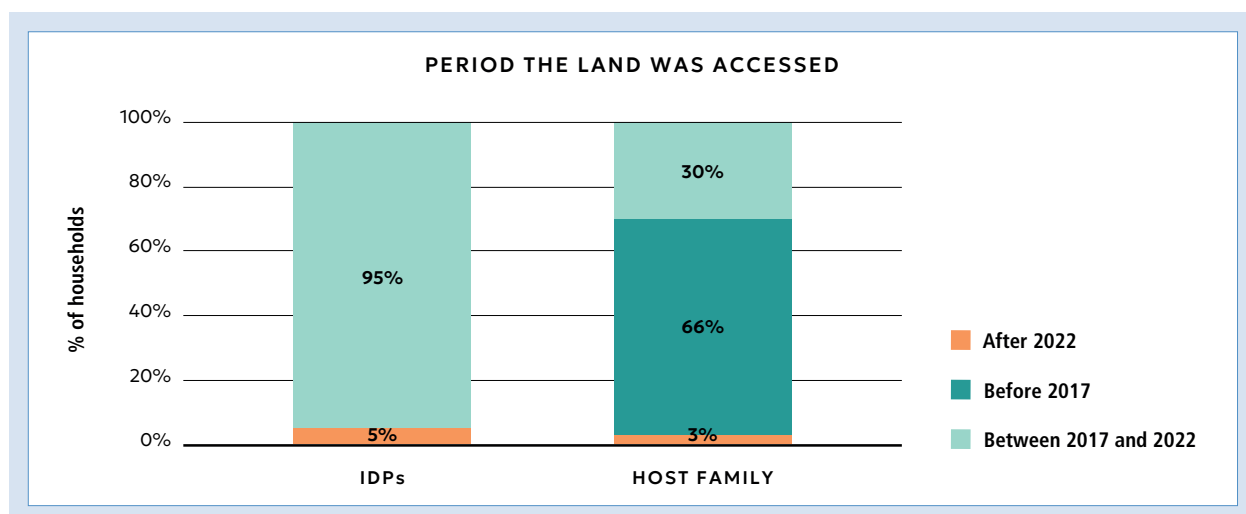


FIGURA 3 Tempo de acesso às terras agrícolas por tipo de população



Embora o acesso geral à terra seja elevado, 70 por cento dos deslocados internos, 32 por cento dos retornados e 26 por cento das famílias acolhedoras indicaram que, devido ao seu estatuto, não podem expandir as suas *machambas* para produzir culturas que satisfaçam a sua segurança alimentar e geração de dinheiro, tal como evidenciado pelas entrevistas com deslocados internos nas discussões dos grupos focais. 32 por cento dos retornados e 26 por cento das comunidades acolhedoras também não podem expandir as suas *machambas* porque não há mais terra na comunidade.

Género no acesso à terra

A Constituição e a Lei de Terras de Moçambique promovem a não-discriminação no acesso à terra e a outros recursos naturais produtivos. A Lei de Terras promove e protege os direitos à terra das comunidades, das mulheres e dos pequenos proprietários e prevê direitos iguais para homens e mulheres na posse da terra e na participação em decisões relacionadas com a terra. A propriedade e o acesso das mulheres à terra entre todos os tipos de população são de 25 por cento, enquanto a propriedade conjunta da terra entre homens e mulheres é de 40 por cento e a propriedade dos homens é de 35 por cento. A diferença na posse de terra entre mulheres (28 por cento) e homens (43 por cento) é muito maior nas comunidades de deslocados internos. Uma análise do acesso à terra por idade mostra que, em todos os grupos etários, as mulheres têm menos acesso à terra do que os homens. Em termos de tamanhos de terra, as mulheres têm geralmente acesso a tamanhos mais pequenos do que os homens. Por exemplo, para terras de 1,5 - 2,0 hectares, 27 por cento das mulheres têm acesso à terra contra 73 por cento dos homens. A maioria das mulheres (38 por cento) tem acesso a terras

entre 0,75 - 1,0 hectare e o menor número de mulheres (26 por cento) tem terras acima de 2 hectares contra 75 por cento dos homens na mesma categoria de tamanho de terra. As situações de deslocação, agravadas por práticas consuetudinárias e religiosas, exacerbam a marginalização das mulheres, limitando o acesso à terra ou à terra adequada para sustentar as suas famílias. Contudo, apesar da lacuna observada, em Moçambique, foram feitos progressos significativos na abordagem da igualdade de género no acesso à terra, em conformidade com a Constituição, a Lei de Terras e as convenções internacionais, tais como as Diretrizes Voluntárias sobre a Governação Responsável da Posse de Terra, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, que promovem a igualdade de género no acesso e controlo da terra e outros recursos naturais produtivos.

Acesso à terra pelos deslocados internos

No que diz respeito à forma como os deslocados internos acedem à terra nas áreas de destino, apenas 15 por cento receberam do governo terra para *machambas* nos blocos de produção. Várias outras categorias de acesso à terra agrícola através das comunidades acolhedoras, tais como empréstimos, atribuição por amigos/parentes/família, herança, invasões de terra, aluguer e compra constituíram 85 por cento. O estudo revelou uma alta prevalência de desapropriação de terra pelas comunidades acolhedoras, especialmente para os deslocados internos que estão a aceder à terra para *machambas* fora dos blocos de produção do governo. Isto significa que apenas 15 por cento dos deslocados internos têm acesso seguro à terra em virtude de lhes terem sido atribuídas *machambas* dentro dos blocos de produção designados pelo governo.

TABELA 4 Propriedade da terra por tipo de população

TIPO DE POPULAÇÃO	QUEM É O PROPRIETÁRIO DO TERRENO QUE POSSUI?		
	PROPRIEDADE INDIVIDUAL DE UM MEMBRO FEMININO DO AGREGADO FAMILIAR	PROPRIEDADE CONJUNTA DE HOMENS E MULHERES	PROPRIEDADE INDIVIDUAL DE UM MEMBRO MASCULINO DO AGREGADO FAMILIAR
IDPS	28.1 por cento	27.1 por cento	43.4 por cento
Comunidade acolhedoraacolhedoras	29.1 por cento	38.5 por cento	32.4 por cento
Regressado	18.8 por cento	54.8 por cento	26.2 por cento
Média	25.3 por cento	40.1 por cento	34.8 por cento

TABELA 5 Tipo de acesso à terra por tipo de população

	DESLOCADOS INTERNOS	RETORNADOS	COMUNIDADE ACOLHEDORA
Atribuída/emprestada pela família, parentes, vizinhos, amigos	73.5 por cento	28.9 por cento	23.5 por cento
Atribuída pelo governo/autoridades locais	15.4 por cento	0 por cento	0.7 por cento
Comprada	3.6 por cento	5.1 por cento	12.7 por cento
Herdada da família	2.7 por cento	45.2 por cento	50.3 por cento
Ocupada sem qualquer autorização	1.6 por cento	20.4 por cento	12.5 por cento
Outros	0.2 por cento	0.5 por cento	0 por cento
Alugada	3 por cento	0 por cento	0.2 por cento
Partilhada	0 por cento	0 por cento	0.2 por cento

Acesso à terra pelos retornados

Como mostra a Tabela 5 acima, no que diz respeito aos retornados, o acesso à terra foi predominantemente através de herança de membros da família e atribuição por família/parentes/vizinhos/amigos, constituindo 45 por cento e 29 por cento respectivamente, sem atribuição de terra pelo governo ou autoridades locais. A ocupação não autorizada de terra é mais elevada entre os retornados (20 por cento) em comparação com 2 por cento para os deslocados internos e 13 por cento para as comunidades acolhedoras, uma vez que os retornados são aconselhados pelas forças de segurança a não irem para as *machambas* devido a preocupações de segurança. São necessárias intervenções específicas por parte do gover-

no e dos parceiros humanitários para melhorar o acesso dos retornados à terra, a fim de apoiar a reconstrução de uma forma sustentável e equitativa que permita que a terra desempenhe o seu papel central na erradicação da fome e na redução da pobreza.

Acesso à terra pelas famílias de acolhimento

Como mostra a Tabela 5 acima, no que diz respeito às famílias das comunidades acolhedoras, a herança da família é o modo predominante de acesso à terra, constituindo 50 por cento, com uma alocação insignificante de 0,7 por cento pelo governo/autoridades locais. A “compra e venda” de terra (13 por cento) está a ganhar proeminência como forma de acesso à terra.



Segurança da posse

A segurança da posse é a certeza de que os direitos de uma pessoa à terra serão reconhecidos por outros e protegidos em caso de infração. As pessoas com posse insegura enfrentam o risco de os seus direitos de posse serem ameaçados por reivindicações concorrentes ou mesmo perdidos devido a despejo. A percepção da segurança da posse difere de um distrito para outro de acordo com o tipo de população (deslocados internos, comunidade acolhedoraacolhedora e retornados). Com exceção de Montepuez, com uma densidade populacional de 15/km² (Censo de 2017), as densidades populacionais da maioria dos distritos onde a percepção da insegurança da posse é mais elevada estão bem acima de 45/km² (Censo de 2017), o que tem um potencial para uma elevada competição pela terra e outros recursos e conflitos relacionados. Um total de 51 por cento de todos os tipos de população considera que os seus direitos de posse são seguros e que não serão despojados das suas terras nos próximos 5-10 anos, enquanto aqueles que consideram que serão despojados nos próximos 5-10 anos constituem 31 por cento. Contudo, uma análise mais detalhada dos resultados revela que os agregados familiares da comunidade acolhedora têm a percepção mais elevada

da segurança da posse (73 por cento), seguidos pelos retornados com uma resposta de 67 por cento, enquanto os deslocados internos têm o menor número de agregados familiares (19 por cento) que consideram que não serão desalojados das suas terras agrícolas nos próximos 5-10 anos.

A percepção da segurança da posse difere de um distrito para outro de acordo com o tipo de população (deslocados internos, comunidade acolhedora e retornados). Um total de 51 por cento de todos os utilizadores de terra consideram que os seus direitos de posse são seguros, e que não serão despojados da sua terra nos próximos 5-10 anos, enquanto que aqueles que consideram que serão despojados nos próximos 5-10 anos constituem 31 por cento de todos os utilizadores de terra. No entanto, uma análise mais detalhada dos resultados revela que os agregados familiares da comunidade acolhedora têm a percepção mais elevada de segurança de posse (73 por cento), seguidos pelos retornados com uma resposta de 67 por cento, enquanto os deslocados internos têm o menor número de agregados familiares (19 por cento) que consideram que não serão desalojados das suas terras agrícolas nos próximos 5-10 anos.

TABELA 6 Percepção da segurança da posse da terra por distrito

DISTRITO	TEM MEDO DE SER EXPULSO DAS TERRAS AGRÍCOLAS?		
	TALVEZ, MAS NÃO TENHO A CERTEZA SE SEREI DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	NÃO, NÃO SEREI DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	SIM, TENHO MEDO DE SER DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS
Balama	20.3 por cento	46.4 por cento	33.3 por cento
Chiure	13.2 por cento	42.7 por cento	44.1 por cento
Erati	18.4 por cento	52.3 por cento	29.3 por cento
Meconta	23.2 por cento	38.4 por cento	38.4 por cento
Mecufi	24.8 por cento	49.7 por cento	25.5 por cento
Metragem	13.1 por cento	53.3 por cento	33.6 por cento
Mocimboa da Praia	10.2 por cento	70.6 por cento	19.2 por cento
Moeda	41 por cento	36.8 por cento	22.2 por cento
Montepuez	15.2 por cento	29.8 por cento	55 por cento
Palma	6.3 por cento	76.7 por cento	17.1 por cento
Quissanga	17.8 por cento	66.1 por cento	16.1 por cento
Média	18.5 por cento	51.2 por cento	30.4 por cento

Segurança da posse da terra - deslocados internos

Um total de 52 por cento das IDPSs considera que o acesso à terra agrícola pode ser perdido através de despejo nos próximos 5 a 10 anos, com Chiure (66 por cento), Metuge (75 por cento) e Montepuez (78 por cento), acima da média (30 por cento) nesta categoria. Estes distritos receberam um elevado afluxo de deslocados internos no início do conflito em 2017 e estão a acolher o maior número de deslocados internos - Chiure (55.786), Metuge (141.642) e Montepuez (79 429), de acordo com a IOM/DTM, em Novembro de 2022. Os números relativos a possíveis desalo-

jamentos são uma boa indicação da pressão exercida sobre as terras nestes distritos devido ao aumento da população e à concorrência por recursos naturais limitados. A percepção da insegurança da posse tem sérias implicações na segurança alimentar e nutricional e na utilização sustentável da terra e de outros recursos naturais, uma vez que os utilizadores da terra não têm qualquer incentivo para investir na terra e diversificar a produção agrícola. Esta situação compromete a obtenção de soluções duradouras para as pessoas deslocadas, que normalmente dependem de um acesso seguro à terra para a sua subsistência.

TABELA 7 Percepção da segurança da posse da terra entre os deslocados internos

TEM MEDO DE SER EXPULSO DAS TERRAS AGRÍCOLAS			
DISTRITO	TALVEZ, MAS NÃO TENHO A CERTEZA SE SEREI DESAPROPRiado NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	NÃO, NÃO SEREI DESAPROPRiado NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	SIM, TENHO MEDO DE SER DESAPROPRiado NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS
Balama	25.3 por cento	25.3 por cento	49.5 por cento
Chiure	20.5 por cento	13.6 por cento	65.9 por cento
Erati	63.2 por cento	31.6 por cento	5.3 por cento
Meconta	29.1 por cento	29.1 por cento	41.8 por cento
Mecufi	31.5 por cento	31.5 por cento	37.1 por cento
Metragem	6.4 por cento	19.2 por cento	74.5 por cento
Mueda	63.3 por cento	13.3 por cento	23.3 por cento
Montepuez	14.1 por cento	8.3 por cento	77.7 por cento
Quissanga	0 por cento	100 por cento	0 por cento
Média	28.4 por cento	19.4 por cento	52.2 por cento

Segurança da posse da terra - Comunidade acolhedora

Como seria de esperar, 73 por cento dos HHs da comunidade acolhedora consideram que não serão despojados dos seus direitos de posse de terra nos próximos 5-10 anos. Apenas 16 por cento consideram que serão despojados e 11 por cento não têm a certeza se perderão os seus direitos de posse de terra nos próximos 5-10 anos. 8 dos distritos utilizados na avaliação/estudo estão acima da média, com Chiure (91 por cento), Palma (96 por cento) e Quissanga (98 por cento) no topo da lista da percepção da segurança da posse da terra pela comunidade acolhedora. Erati e Meconta, na província de Nampula, têm a percepção mais baixa de segurança de posse de terra, com 32 por cento e 34 por cento respectivamente, esperando perder as suas

terras nos próximos 5-10 anos. Esta constatação é ainda corroborada pelos resultados das entrevistas com a comunidade de Lampita no posto administrativo de Corrane, no Distrito de Meconta, que indicou que, com a chegada dos deslocados internos, o governo pediu-lhes que dessem metade das suas terras aos deslocados, o que teve um impacto negativo na sua segurança alimentar. A atribuição de terra aos deslocados internos privou a comunidade acolhedora do acesso aos seus cajueiros, que agora se encontram nas *machambas* atribuídas aos deslocados internos, e eles acreditam que devem ser compensados pela perda de acesso a esta cultura de rendimento. Até certo ponto, a comunidade acolhedora de Lampita considera que os seus direitos de posse estão em risco.

TABELA 8 Percepção da segurança da posse da terra entre a comunidade acolhedora

TEM MEDO DE SER EXPULSO DAS TERRAS AGRÍCOLAS?			
DISTRITO	TALVEZ, MAS NÃO TENHO A CERTEZA SE SEREI DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	NÃO, NÃO SEREI DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	SIM, TENHO MEDO DE SER DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS
Balama	12.9 por cento	77.4 por cento	9.7 por cento
Chiure	0 por cento	91.3 por cento	8.8 por cento
Erati	12.9 por cento	54.8 por cento	32.3 por cento
Meconta	15.3 por cento	50.9 por cento	33.9 por cento
Mecufi	14.3 por cento	78.6 por cento	7.1 por cento
Metragem	17.3 por cento	74.7 por cento	8 por cento
M. da Praia	21.1 por cento	68.4 por cento	10.5 por cento
Moeda	3.7 por cento	75.9 por cento	20.4 por cento
Montepuez	18.4 por cento	81.6 por cento	0 por cento
Palma	0 por cento	95.8 por cento	4.2 por cento
Quissanga	2.1 por cento	97.9 por cento	0 por cento
Média	10.9 por cento	73.4 por cento	15.7 por cento

Segurança da posse da terra - Retornados

A segurança da posse é ainda mais crítica para os retornados que, dependendo da duração do conflito, podem perder o acesso às suas terras consuetudinárias devido a várias razões, incluindo ocupações ilegais por outros deslocados internos localizados, pedidos reconventionais e recorrência do conflito. 67 por cento dos retornados con-

sideram que os seus direitos de posse estão seguros e que não serão expulsos das suas terras agrícolas nos próximos 5-10 anos, enquanto 20 por cento receiam perder os seus direitos de posse através de expulsão no mesmo período. Este número está relacionado com os retornados que, ao regressarem aos seus locais de origem, não conseguiram recuperar as suas terras agrícolas por várias razões.

TABELA 9 Percepção da segurança da posse da terra entre os retornados

TEM MEDO DE SER EXPULSO DAS TERRAS AGRÍCOLAS?			
DISTRITO	TALVEZ, MAS NÃO TENHO A CERTEZA SE SEREI DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	NÃO, NÃO SEREI DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS	SIM, TENHO MEDO DE SER DESAPROPRIADO NOS PRÓXIMOS 5-10 ANOS
M. da Praia	8.9 por cento	70.9 por cento	20.3 por cento
Palma	7.2 por cento	73.7 por cento	19.1 por cento
Quissanga	23.8 por cento	54 por cento	22.2 por cento
Média	12.6 por cento	67 por cento	20.4 por cento

Como mostra a Tabela 10, uma média de 24 por cento dos retornados indicaram que não podiam aceder às suas terras quando regressaram aos seus locais de origem. As entrevistas qualitativas com retornados e funcionários do governo nas áreas de retorno revelaram que a insegurança, o conflito e o medo da violência eram os factores predominantes que limitavam o acesso às terras originais para a maioria dos retornados em Mocimboa da Praia, Palma e Quissanga. Os retornados que não conseguiram aceder às suas terras originais referiram que as suas terras estavam localizadas longe das aldeias, onde os NSAG ainda estavam presentes. Pelo contrário, os retornados que puderam aceder às suas terras estavam geralmente perto das aldeias e das estradas, as únicas zonas seguras devido à presença das forças militares.

As razões para o acesso limitado às terras originais são apoiadas pelas conclusões das discussões dos grupos focais, que indicaram que os residentes ainda estão traumatizados pela violência que sofreram e temem pelas suas vidas. Tal como evidenciado pelo testemunho dos retornados em Palma e Mocimboa da Praia, o governo aconselhou-os a não se afastarem das suas casas devido a preocupações de segurança e tiveram de pedir *machambas* emprestadas a outras pessoas ou dedicar-se a outros negócios como alternativa. Quando lhe perguntaram porque é que não conseguia aceder às suas *machambas*, um retornado disse - *“Não conseguia, então pedi uma machamba emprestada porque quando chegámos o governo disse que não devíamos ir muito longe, devíamos fazer machamba perto das casas.”*

A questão da segurança da posse e do acesso dos Retornados às terras agrícolas é fundamental para garantir meios de subsistência sustentáveis e a segurança alimentar, bem como para a obtenção de soluções duradouras, neste caso, o pleno regresso e a reintegração nas zonas de origem.

As entrevistas com vários deslocados internos indicaram que a maioria deles gostaria de regressar aos seus locais de origem assim que a segurança fosse restabelecida. Por con-

seguinte, é evidente que a maior parte dos mais de um milhão de deslocados internos necessitará de apoio específico para se restabelecer a médio e longo prazo, quando for seguro regressar. A criação de mecanismos para garantir os seus activos produtivos, como a terra, seria uma prioridade para a obtenção de soluções duradouras. As entrevistas também revelaram que a insegurança da posse da terra nas zonas de assentamento poderia limitar os meios de subsistência, a segurança alimentar e a auto-suficiência da maioria dos deslocados internos a quem não foram atribuídas *machambas* nos blocos de produção agrícola designados pelo Governo.

Recomendações

- O governo deveria considerar a criação de mais blocos de produção para a atribuição de *machambas*, de modo a permitir o acesso seguro à terra por parte de todos os deslocados internos, com vista à obtenção de soluções duradouras.
- O governo deve considerar a possibilidade de aumentar a sensibilização para a Lei de Terras no que diz respeito aos direitos dos proprietários de terra e aos benefícios do registo dos DUATs, especialmente para as comunidades acolhedoras para salvaguardar os seus direitos legítimos de posse.
- Em conformidade com a Política e Estratégia para a Gestão das Pessoas Deslocadas Internamente (PEGDI), apoiar os retornados na aquisição ou recuperação das suas terras após o seu regresso, reassentamento ou reintegração e apoiar os retornados no registo de DUATs comunitários e individuais para proteger os direitos legítimos de posse dos retornados contra a violação por terceiros.
- Reforçar a capacidade das instituições consuetudinárias de resolução de conflitos a nível local para proteger os direitos legítimos de posse dos retornados, facilitando a restituição e a resolução de conflitos fundiários de uma forma justa, fiável, acessível e não discriminatória que tenha em conta os interesses das mulheres e de outros grupos vulneráveis.

TABELA 10 Disponibilidade de terras originais para os Retornados por distrito

DISTRITO	QUANDO REGRESSOU AO SEU LOCAL DE ORIGEM, ENCONTROU A(S) SUA(S) TERRA(S) DISPONÍVEL(EIS)?	
	NÃO	SIM
Mocimboa da Praia	19.6 por cento	80.4 por cento
Palma	23.5 por cento	76.5 por cento
Quissanga	30.9 por cento	69.1 por cento
Média	24.2 por cento	75.8 por cento

ATRIBUIÇÃO DE TERRAS ÀS PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE

Nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, a maioria das terras rurais são terras comunitárias que são atribuídas pelas autoridades tradicionais para uso. O sistema de posse consuetudinário é formal em Moçambique, uma vez que é reconhecido e protegido pela Constituição e pela Lei de Terras. As comunidades locais detêm terra sob DUAT perpétuo em virtude da ocupação tradicional e têm poderes de gestão da terra e dos recursos naturais que lhes são devolvidos pelo Estado. As comunidades locais não precisam necessariamente de registar os DUATs para fazer valer a sua autoridade administrativa sobre a terra sob a sua jurisdição. Portanto, em conformidade com a Lei de Terras e de acordo com os princípios de consulta da governação responsável, a atribuição de terras a outros grupos, como os deslocados internos, deve ser feita em estreita consulta e com o consentimento prévio das comunidades locais (comunidades acolhedoras) que são as guardiãs da terra sob a sua jurisdição. Até à data, o Governo e as autoridades locais têm facilitado a disponibilidade e o acesso à terra para os deslocados internos através de consultas inclusivas com as comunidades acolhedoras na identificação de terras para os blocos de produção agrícola e para o local de assentamento.

O objectivo da consulta às comunidades acolhedoras é determinar as características físicas da terra, os direitos legítimos de posse da terra que terão de ser reconhecidos,

os recursos naturais existentes, tais como os recursos hídricos e florestais, a acessibilidade do local, a segurança das pessoas deslocadas e as considerações ambientais. As negociações também fornecem uma base para estabelecer a forma como a terra e outros recursos serão acedidos de modo a promover a coexistência dos deslocados internos e das comunidades acolhedoras. O resultado das negociações, incluindo a atribuição de terras pelas comunidades acolhedoras, está bem documentado como prova do consentimento das comunidades locais.

Uma vez concluídas as negociações, será efectuada a demarcação física da terra para o local de assentamento e o bloco de produção. A terra deve ser mapeada, mas isso nem sempre acontece, especialmente em situações de deslocamento, devido à sobrecarga de capacidades das autoridades distritais na Direcção de Terras, Infra-estruturas e Planeamento Territorial e DPAP. Os distritos mantêm um registo dos deslocados internos e das atribuições de terra para o local de assentamento e *machambas* nos blocos de produção. A atribuição de terra e o rastreio dos deslocados internos é facilitado pela emissão de documentos de identidade especiais para os deslocados internos.

Nos casos em que não estão disponíveis terras agrícolas para blocos de produção, o governo tem estado a negociar com as comunidades locais o acolhimento de deslocados internos. Foi também solicitado às comunidades acolhedoras que atribuíssem parte das suas *machambas* aos deslocados.



Constatações

Atribuição de terras

Durante a avaliação, não foram encontrados processos ou directrizes documentados sobre a atribuição de terras. Embora não existam directrizes/procedimentos padrão documentados para a atribuição de terras, 88 por cento dos deslocados internos consideram que o processo de atribuição de terras pelo governo ou pelas autoridades locais é justo.

A maioria dos deslocados internos, dos retornados e das comunidades acolhedoras depende da agricultura de subsistência. Por conseguinte, a qualidade da terra é fundamental para garantir meios de subsistência sustentáveis, auto-suficiência e segurança alimentar e nutricional. Em termos das condições da terra atribuída pelo Governo, 71 por cento dos inquiridos consideram que a terra é de boa qualidade, com condições favoráveis para apoiar a produção agrícola. Contudo, em alguns locais de assentamento, os deslocados internos indicaram que a terra disponível para a agricultura não é fértil para as culturas que estão a plantar, como o milho.

Relativamente ao tamanho da terra atribuída, as respostas dos deslocados diferem de distrito para distrito. O governo tem uma política de atribuição de 0,5 hectares a cada deslocado nos blocos de produção. As conclusões da avaliação indicaram que os tamanhos das *machambas* detidas pelos deslocados, pelas comunidades acolhedoras e pelos retornados variam entre 0,25 e 2 hectares. A maioria dos agregados familiares está a cultivar em *machambas* que variam entre 0,75 e 1 hectare, o que está dentro da média nacional.

O estudo revelou a existência de um mercado de venda e aluguer de terras agrícolas. O facto de quase 85 por cento dos deslocados internos não serem abrangidos pela atribuição de *machambas* pelo governo, faz com que exista um mercado emergente de terras. O estudo revelou que 3 por cento dos

deslocados internos indicaram que estão a alugar *machambas* às comunidades acolhedoras. Contudo, existe alguma variação consoante a área do assentamento. Por exemplo, no distrito de Meconta, durante uma discussão de grupo focal de deslocados internos, 69 por cento dos participantes indicaram que estão a pagar pelas *machambas*. Os alugueres variam entre 500 e 1 200 meticais por hectare e por ano. A maioria (50 por cento) dos arrendamentos tem uma duração de 1 ano e cerca de 17 por cento dos arrendamentos têm períodos indefinidos. Os inquiridos indicaram que todos os arrendamentos são verbais. Embora os arrendamentos verbais sejam válidos por lei, é sempre prudente ter contratos escritos. O modo de aluguer consiste em dinheiro (86 por cento) e numa parte dos produtos agrícolas (14 por cento).

Nalguns casos, quando os funcionários do governo atribuem as terras e partem, a comunidade acolhedora expulsa os deslocados das terras. 68 por cento dos deslocados entrevistados indicaram que os proprietários têm tentado recuperar as suas terras ao fim de algum tempo, apesar de terem demonstrado simpatia para com os deslocados quando estes acabavam de chegar. Estes casos também foram registados em Montepuez (93 por cento), Balama (91 por cento), Mueda (85 por cento) e Chiure (69 por cento), entre os mais elevados. Em alguns distritos, como Meconta e Chiure, 36 por cento e 23 por cento dos membros da comunidade acolhedora, respectivamente, não concordam com a atribuição de terras aos deslocados internos nas suas áreas. Muitas vezes, esta situação é causada pela falta de uma consulta adequada com a participação inclusiva das comunidades acolhedoras para criar confiança e promover a coexistência e assegurar algumas garantias de acesso à terra para os deslocados internos, bem como pela ajuda humanitária que se concentra apenas nos deslocados internos. Um exemplo desta situação ocorreu no distrito de Meconta, onde os deslocados revelaram, numa discussão dos grupos focais, que a comunidade acolhedora tentou expulsar os deslocados até estes concordarem em pagar a terra aos proprietários.

TABELA 11 Dimensão do terreno atribuída por tipo de população

TAMANHO DO TERRENO (HA)	DESLOCADOS INTERNOS	COMUNIDADE ACOLHEDORA	RETORNADOS	MÉDIA
Entre 0,25 e 0,5	27.8 por cento	3.8 por cento	9.6 por cento	14.2 por cento
Entre 0,5 e 0,75	21.4 por cento	7.4 por cento	11.5 por cento	13.6 por cento
Entre 0,75 e 1,0	30 por cento	38.5 por cento	45.4 por cento	37.1 por cento
Entre 1 e 1,5	12.7 por cento	22.7 por cento	17.7 por cento	17.7 por cento
Entre 1,5 e 2,0	3.9 por cento	16.8 por cento	11.5 por cento	10.6 por cento
Menor ou igual a 0,25	1.9 por cento	0.6 por cento	0.7 por cento	1.1 por cento
Mais de 2	2.2 por cento	10.3 por cento	3.7 por cento	5.7 por cento

Extracto de entrevista qualitativa:

Distrito de Meconta, Posto de Corrane, Comunidade de Lampiti

Pergunta. Durante quanto tempo era suposto utilizar a terra?

Resposta. Pedi emprestado um campo numa zona muito fértil e, como era grande, juntei-me a dois jovens e trabalhámos juntos. Plantámos alface, tomate, couve e milho. Mas eu estava sempre doente por causa dos porcos que estragavam tudo. Falei com o chefe do posto e ele e o departamento de agricultura atribuíram-me outro campo, mas depois veio o proprietário, um professor daqui, e explicou-me que o governo tinha atribuído o seu campo a mim. Então, tive que procurar outro, mas este já não é fiável porque tive que pagar uma renda de mil meticais por ano. Depois, quando a machamba produz muito, o dono aumenta sempre a renda.

Pergunta. E porque é que não têm machambas aqui?

Resposta. O problema é o seguinte: quando o governo atribuiu estas explorações agrícolas, foi na presença da comunidade local, do chefe do posto, do líder da aldeia, mas depois de o governo se ter retirado e de termos começado a trabalhar, os mesmos membros da comunidade local vieram e tomaram as explorações agrícolas de volta, alegando que eram deles e que o governo não entraria. Depois, ameaçaram-nos de morte e de doença. ... então fomos nós próprios ter com eles e pagámos para usar essas machambas.

As necessidades dos deslocados internos que chegam em grande número excedem a capacidade das comunidades acolhedoras para os acomodar em termos de utilização da terra e de acesso a outros recursos naturais. Os deslocados internos e as comunidades acolhedoras também adoptam abordagens diferentes em relação à utilização da terra, incluindo os tipos de culturas que podem ser plantadas. 41 por cento dos deslocados internos indicaram que os proprietários limitam as utilizações que podem ser dadas à terra, incluindo o tipo de culturas que podem ser plantadas, especialmente as culturas de longo prazo. A incompatibilidade entre as diferentes abordagens de utilização da terra é uma fonte potencial de tensões relacionadas com a terra que pode contribuir para aumentar a insegurança alimentar entre os deslocados internos, bem como para o conflito entre comunidades. É este o caso quando o sistema de administração fundiária não conseguiu atribuir *machambas* aos deslocados internos nos blocos de produção do governo.



Recomendações

- O Governo, em conformidade com as políticas e a legislação existentes em matéria de terras, deve considerar a publicação e a sensibilização para os procedimentos existentes de identificação e atribuição de terras aos deslocados internos. O desenvolvimento destes procedimentos deve ser feito de uma forma consultiva que inclua as IDPs e as comunidades acolhedoras, assegurando o envolvimento de homens, mulheres e jovens, e a sua divulgação deve ser feita nas línguas locais através de rádios comunitárias e de teatro, tendo em consideração os baixos níveis de literacia, ou seja, 70 por cento das comunidades afectadas pela deslocação não completaram o ensino primário.
- A atribuição de terras pelo governo nos blocos de produção deve ser associada à prestação de serviços de extensão para apoiar a produção de várias culturas, de acordo com as preferências das comunidades afectadas pela deslocação, tendo em consideração os seus antecedentes, sexo e idade.
- O Governo deve criar mecanismos de controlo para salvaguardar os direitos de posse dos deslocados internos, garantindo que não sejam expulsos das terras que lhes foram atribuídas. Para tal, pode ser necessário um maior envolvimento das comunidades acolhedoras e dos seus líderes e a criação de mecanismos eficazes de resolução de conflitos acessíveis tanto aos deslocados internos como às comunidades acolhedoras lesadas.

MAPEAMENTO DOS BLOCOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O mapeamento dos blocos de produção e das *machambas* é fundamental para alcançar a segurança alimentar e meios de subsistência sustentáveis. Para melhorar a gestão integrada da terra e de outros recursos no seio da comunidade local, a cartografia dos blocos de produção deve ser apoiada por um processo mais amplo de planeamento consultivo e participativo da utilização da terra a nível local. O plano de utilização das terras deve incorporar as utilizações consuetudinárias existentes, os locais de instalação dos deslocados e os blocos de produção, bem como a propriedade comum, assegurando a protecção dos interesses da comunidade acolhedora.

Constatações

As KIIs revelaram que as terras atribuídas aos deslocados internos como blocos de produção e *machambas* não foram cartografadas. O mapeamento da terra é essencial para promover uma administração eficaz, eficiente, sensível ao género e aos conflitos, da terra e de outros recursos naturais. O mapeamento contribuirá para garantir o acesso à terra por parte dos deslocados internos e facilitará a monitoria de indicadores geoespaciais (por exemplo, estado de cobertura/degradação da terra e alterações ao longo do tempo).

As abordagens de mapeamento devem ser facilmente implementáveis a nível local, tendo em consideração as capacidades tecnológicas e humanas disponíveis, e devem responder às realidades locais, ou seja, devem ser adequadas ao objectivo. Tal como revelado em entrevistas com informantes-chave do governo, as actuais capacidades de mapeamento a nível distrital foram sobrecarregadas pelo enorme afluxo de deslocados internos num curto espaço de tempo e não estão adequadamente posicionadas para responder às necessida-

des das intervenções do governo em matéria de planeamento do uso da terra, identificação de terras, mapeamento e atribuição de terras para agricultura aos deslocados internos.

Recomendações

- O Governo, em colaboração com os parceiros de desenvolvimento, deve mapear as terras identificadas para os blocos de produção com o envolvimento das comunidades acolhedoras e dos deslocados internos de uma forma participativa e inclusiva, garantindo uma participação significativa das mulheres, dos jovens e de outros grupos vulneráveis. Além disso, as *machambas* individuais devem ser cartografadas como pré-requisito para a atribuição, de modo a proporcionar o nível necessário de segurança de posse para promover soluções duradouras para as pessoas deslocadas e reduzir as disputas de terras.
- O Governo, em colaboração com os parceiros humanitários e de desenvolvimento, deve aumentar as capacidades humanas e técnicas a nível distrital em matéria de planeamento e cartografia da utilização dos solos, a fim de ter em conta as áreas identificadas para a criação de locais de instalação de deslocados internos e de blocos de produção.
- Nos casos em que as *machambas* já tenham sido atribuídas nos blocos de produção, o governo deve considerar a utilização de métodos participativos inclusivos, sensíveis à idade, ao género e aos conflitos (por exemplo, GIS participativo) para mapear as parcelas existentes.
- O Governo deve estabelecer inventários da terra (incluindo o bloco de produção) e de outros recursos naturais nas comunidades locais, especialmente nas que acolhem deslocados internos, para facilitar a gestão integrada sustentável da terra e de outros recursos naturais.



REGISTO DOS DIREITOS DE POSSE

A Lei de Terras de 1997 prevê o registo de DUATs individuais e comunitários (direito de uso e aproveitamento da terra) como forma de garantir os direitos de posse. Os Regulamentos da Lei de Terras de 1998 fornecem a metodologia para o registo dos direitos de posse da terra rural. Contudo, as comunidades nem sempre estão plenamente cientes das disposições legais relativas à terra e também da vantagem de registar os direitos de posse.

O registo dos direitos de posse pode ser uma forma eficaz de reconhecer e salvaguardar esses direitos, bem como de promover a utilização sustentável da terra e de outros recursos naturais. Sujeitos a regras de privacidade, os sistemas de registo devem permitir que os direitos de posse da terra e de outros recursos naturais sejam registados, mantidos e divulgados. Quando é fácil obter informações fiáveis sobre os direitos de posse da terra e as parcelas ou explorações associadas, pode ser mais difícil para terceiros desapossar os legítimos detentores dos direitos.

Constatações

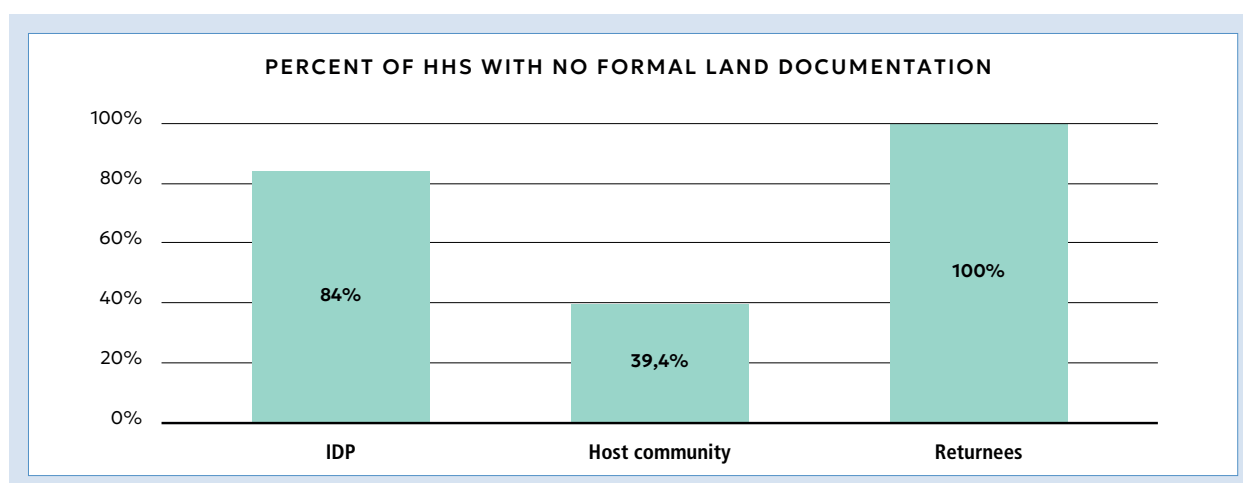
Um total de 58 por cento de todos os utilizadores da terra (deslocados internos, comunidade acolhedora, retornados) não têm documentação formal dos seus direitos à terra agrícola. Dos 42 por cento de todos os utilizadores da terra que têm documentação formal, 81 por cento têm documentos comunitários e 19 por cento têm DUATs individuais. Embora 42 por cento dos utilizadores de terra tenham direitos documentados, apenas 6 por cento consideram os seus direitos de posse seguros. Em termos de distritos, Mocimboa da Praia (71 por cento), Palma (76 por cento) e Quissanga

(66 por cento) têm a maior percepção de segurança de posse para todos os utilizadores de terra, e estes são predominantemente retornados. Apesar das questões de insegurança física, a elevada percepção de segurança de posse pode ser explicada pelo facto de a terra acedida pelos retornados ser a sua terra tradicional que possuíam e utilizavam antes de serem deslocados, em comparação com a maioria das terras emprestadas pelas comunidades acolhedoras quando eram deslocados internos, o que implica níveis muito baixos de segurança de posse.

Apenas 16 por cento dos deslocados internos têm alguma forma de documentação que lhes confere direitos de utilização de terras agrícolas. Este número está estreitamente relacionado com os 15 por cento de deslocados internos a quem o governo atribuiu terra para *machambas* nos blocos de produção. Contudo, apenas 19 por cento das IDPSs consideram que os seus direitos de posse da terra são seguros. Esta fraca percepção da segurança da posse é prejudicial para a utilização eficaz e sustentável da terra e de outros recursos naturais para a obtenção de soluções duradouras. As IDPS acreditam que o registo dos seus direitos lhes permitirá investir mais na terra para melhorar a sua segurança alimentar e os seus rendimentos. Tal como indicado por uma IDPS no Distrito de Chiure, na povoação de Marrupa, quando lhe perguntaram se achava que a documentação era necessária:

“Sim, claro, devia ser assim porque preciso deste documento, porque quando voltar para casa, não sei o que pode acontecer. Posso construir uma quinta e uma casa à vontade porque preciso deste documento... Esta parte pode ser influenciada pelo governo, já tivemos uma reunião com o responsável pelas infra-estruturas para a emissão de documentos para as quintas e os terrenos...”

FIGURA 4 Percentagem de agregados familiares sem acesso a documentação formal da terra por tipo de população



Como seria de esperar, 61 por cento da comunidade acolhedora tem documentado o direito de posse da terra agrícola. Isto reflecte-se na sua elevada percepção da segurança da posse, que se situa em 73 por cento, enquanto apenas 15 por cento receiam perder as suas terras nos próximos 5-10 anos.

Todos os retornados não têm direitos documentados de posse da terra. Os deslocados internos têm regressado às suas casas/distritos de origem de uma forma mais espontânea, sem o apoio do governo. Na ausência de documentação sobre os direitos de posse, há a possibilidade de encontrarem as suas terras ocupadas por outros que podem ter tirado partido da ausência de proprietários legítimos. 20 por cento dos retornados consideram que a sua segurança de posse é insegura, pois não consideram que a documentação formal seja essencial para afirmarem os seus direitos de posse. Este facto foi confirmado pelas discussões dos grupos focais e pelas entrevistas com os informantes.

Recomendações

- Recomenda-se que o governo considere a emissão de certificados (direitos de utilização temporários) de ocupação e utilização para os deslocados internos a quem foram atribuídas *machambas* dentro dos blocos de produção. No caso dos deslocados internos que, depois de terminado o conflito, decidam não regressar às suas áreas de origem, o governo deve considerar, depois de consultar as comunidades locais, integrá-los nas comunidades acolhedoras e actualizar os direitos de posse para DUATs individuais.
- No caso dos retornados, o governo, trabalhando com os parceiros humanitários e de desenvolvimento, deve encorajar os retornados a requererem DUATs para salvaguardar os seus direitos de posse contra infracções, com especial consideração pelas mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis.
- No caso das comunidades anfitriãs, o governo deve continuar a emissão de DUATs tanto a nível comunitário como individual, conforme o caso. Isto deve ser acompanhado por uma campanha de sensibilização para aumentar a consciência da importância dos DUATs na protecção dos direitos legítimos de posse contra a perda.
- Desenvolver as capacidades humanas e técnicas necessárias para os departamentos relevantes (como o SDAE e o SDPI) para a administração da terra e de outros recursos naturais a nível distrital, a fim de garantir uma resposta eficaz às intervenções relacionadas com as IDPS por parte do Governo e dos parceiros humanitários.

MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Introdução

Tal como no resto de Moçambique, a agricultura é a principal fonte de subsistência das populações das zonas rurais de Cabo Delgado e Nampula. Os conflitos e as deslocações perturbam as actividades agrícolas, pondo em risco os meios de subsistência das comunidades afectadas, o que prejudica a sua segurança alimentar, resiliência e auto-suficiência. Os deslocados internos e os retornados, embora sejam pessoas com conhecimentos e competências já existentes, podem precisar de apoio para retomar as suas actividades de subsistência. As comunidades acolhedoras podem também ser afectadas pelo aumento da pressão sobre as terras, o ecossistema e os serviços. A avaliação da situação dos meios de subsistência agrícolas e da dinâmica relacionada com as terras para os três perfis de população avaliados é fundamental para a concepção de intervenções adaptadas que respondam às necessidades de segurança alimentar e de rendimento das populações e reforcem a sua resiliência e auto-suficiência.

Constatações

Meios de subsistência no local de origem

Em geral, antes do conflito, a agricultura era a principal fonte de subsistência (cerca de 90 por cento) para os três perfis populacionais. A produção vegetal dominava a agricultura entre todos os perfis populacionais antes do início do conflito. O papel da produção mista de culturas e gado como fonte de subsistência entre os três tipos de população era de 11 por cento.

A produção e a venda de culturas de base constituíam a maior fonte de rendimento (88 por cento) antes do conflito. Esta situação não se alterou muito (86 por cento) na situação actual, após o início do conflito. A assistência humanitária era de 3 por cento antes do conflito, mas aumentou para 7 por cento no actual contexto de conflito.

Esta análise indica que a agricultura continua a ser, de longe, a principal fonte de subsistência tanto para os deslocados internos como para as comunidades acolhedoras e os retornados, antes e depois do início do conflito no norte de Moçambique.

Meios de subsistência no local actual

A fonte predominante de segurança alimentar e nutricional e de meios de subsistência nos perfis da população-alvo (deslocados internos, comunidades acolhedoras e Retornados) nos distritos onde foi realizado o estudo de avaliação de terra é a agricultura (culturas e pecuária), a pesca e as actividades não agrícolas (principalmente comércio e peque-

TABELA 12 Fonte de subsistência no local de origem para ambos os tipos de população

FORTE DE SUBSISTÊNCIA	DESLOCADOS INTERNOS (%)	COMUNIDADE ACOLHEDORA (%)	RETORNADOS (%)	MÉDIA (%)
Meios de subsistência não agrícolas	7.1	6.7	16.7	9.3
Produção vegetal e animal	14	15	0.6	11
Produção vegetal	77.7	78.4	82.3	79.1
Produção animal	0.1	0	0	0.1
Peixes capturados ou produzidos	1.3	0	0.4	0.6

nas empresas). A produção agrícola é, de longe, a actividade de subsistência mais importante nos distritos avaliados. As principais culturas produzidas são o milho, a mandioca, o amendoim e o gergelim. O caju e a moringa são as principais culturas de plantação produzidas. A pecuária, que inclui pequenos ruminantes e aves de capoeira, é amplamente reconhecida, embora a sua contribuição como fonte de subsistência seja marginal. Contudo, o nível de produção de cada cultura varia de distrito para distrito e dentro das áreas de reassentamento e blocos de produção avaliados.

A agricultura, em geral, continua a ser a principal fonte de subsistência das comunidades nas áreas avaliadas, com uma produção agrícola de 83 por cento. A situação dos meios de subsistência não agrícolas aumentou de 7 por cento antes do conflito para 19 por cento actualmente entre os deslocados internos. A produção pecuária continua a ser marginal nos três perfis populacionais. Contudo, os pescadores indicaram uma percepção negativa em relação à agricultura e muitos deles manifestaram o desejo de retomar o seu modo de vida original; contudo, na maioria dos casos, não receberam apoio adequado para se adaptarem ao novo ambiente, e é também importante notar que, durante as entrevistas qualitativas, muitos deles praticaram algum tipo de actividade agrícola que complementava a pesca. É, portanto, muito importante adaptar as intervenções agrícolas às necessidades específicas das comunidades piscatórias, que podem ter pouca ou nenhuma formação em agricultura. A agricultura de sequeiro (81 por cento dos inquiridos) foi a principal abordagem à produção nos três perfis de população. Contudo, cerca de 17 por cento dos inquiridos também produziram culturas através do aproveitamento da água de várias fontes, incluindo rios, lagos, ribeiros e lagoas.

As discussões com os FGDs e KIIs também destacaram a inadequação da disponibilidade e acesso à água para a agricultura e uso doméstico na maioria dos RSs. Os pontos naturais de acesso à água (rios, ribeiros, lagoas e dambos) estavam, na sua maioria, apenas disponíveis para as comunidades acolhedoras, permitindo-lhes produzir alimentos suplementares e gerar rendimentos na época baixa.

Através da recolha de dados qualitativos, as IDPSs e os Retornados indicaram que a principal razão para decidirem regressar às suas áreas de origem foram as limitadas oportunidades de subsistência nas áreas de reassentamento, juntamente com o aumento da situação de segurança nas suas áreas de origem. No caso das IDPSs com antecedentes de pesca, estas relataram não encontrar motivação para empreender actividades agrícolas, devido à falta de competências e de sensibilização. Isto demonstra que a insegurança alimentar e de rendimentos, ou, por outras palavras, a falta de investimento em meios de subsistência agrícolas nas áreas de reassentamento, são os principais factores que desencadeiam o regresso. De um modo geral, não houve investimentos substanciais por parte dos parceiros humanitários na promoção de oportunidades de subsistência agrícola nas áreas de reassentamento, pelo que as populações deslocadas permanecem dependentes, com níveis de resiliência muito baixos, o que as leva a pensar que o regresso seria a melhor solução. Também se observou que os deslocados que conseguiram garantir um meio de subsistência decidiram ficar nas zonas de reassentamento. A falta de segurança alimentar e económica é, portanto, um dos principais factores que levam as pessoas a decidir regressar às suas áreas de origem. Este facto coloca as pessoas em risco de regressarem a zonas que podem ainda ser inseguras, em busca de uma situação melhor.

TABELA 13 Fonte de subsistência no local actual para ambos os tipos de população

FORTE DE SUBSISTÊNCIA	DESLOCADOS INTERNOS (%)	COMUNIDADE ACOLHEDORA (%)	RETORNADOS (%)	MÉDIA (%)
Meios de subsistência não agrícolas	18.6	3.4	14.8	12.5
Produção vegetal e animal	2.5	8.7	0.4	4.1
Produção vegetal	78.5	87.8	84.6	83.1
Produção animal	0.2	0	0	0.1
Peixes capturados ou produzidos	0.2	0.1	0.2	0.1

Fontes de rendimento

Antes do conflito, a produção e venda de culturas básicas era de longe a fonte de rendimento mais importante para as IDPSs (89 por cento), os retornados (82 por cento) e as comunidades acolhedoras (93 por cento). Esta tendência manteve-se nos locais actuais para os deslocados (79 por cento), as comunidades acolhedoras (96 por cento) e os retornados (84 por cento). No entanto, a contribuição da ajuda humanitária aumentou para 15 por cento entre os deslocados internos, enquanto foi insignificante para as comunidades acolhedoras (0,7 por cento) e para os retornados (3 por cento). Houve pouca diferença em termos de percepção da importância das contribuições das culturas para a geração de rendimentos entre homens e mulheres nos três perfis populacionais. A produção de milho foi indicada como a fonte de rendimento mais importante nos três perfis populacionais.

Para as percepções actuais combinadas dos três perfis populacionais em termos da importância classificada das culturas, o milho (79 por cento) vem em primeiro lugar, seguido pela mandioca (35 por cento), amendoim (28 por cento) e feijão (25 por cento). O milho continua a ser classificado como a cultura mais importante entre os deslocados internos (83 por cento), as comunidades acolhedoras (75 por cento) e os retornados (81 por cento). O feijão é classificado como a segunda cultura mais importante entre os deslocados internos (32 por cento), enquanto a mandioca ocupa este lugar para as comunidades acolhedoras (36 por cento) e os retornados (45 por cento). Devido à sua maturidade mais precoce, o feijão pode ser visto como uma cultura para recompensas rápidas pelos deslocados internos, tendo em conta que o período de utilização das terras das comunidades acolhedoras pelos deslocados internos é muitas vezes limitado a 6 a 12 meses por ano.

CULTURA PRINCIPAL ACTUAL QUE ESTÁ A PLANTAR OU PLANTOU - IDPS	PERCENTAGEM
Milho	82.81
Feijões	5.23
Amendoim	3.89
Mandioca	3.44
Arroz	1.79
Sorgo	1.2
Gergelim	0.75

CULTURA PRINCIPAL ACTUAL QUE ESTÁ A PLANTAR OU PLANTOU - HC	PERCENTAGEM
Milho	74.56
Mandioca	8.24
Amendoim	7.21
Arroz	4.26
Sorgo	2.35
Feijões	1.62
Gergelim	1.03

CULTURA PRINCIPAL ACTUAL QUE ESTÁ A PLANTAR OU PLANTOU - RETORNADOS	PERCENTAGEM
Milho	80.73
Mandioca	7.57
Sorgo	3.44
Arroz	2.06
Feijões	1.83
Amendoim	1.38
Castanha de caju	1.15
Gergelim	1.15



©FAO/Fábio De Sousa

Segurança alimentar

Nos três perfis de população, apenas 68 por cento indicaram que os alimentos que produziam eram suficientes para satisfazer as suas necessidades de HH. Contudo, apenas 41 por cento também indicaram que produziam o suficiente para vender. Isto implica que os actuais níveis de produção não são suficientes para satisfazer as necessidades alimentares do agregado familiar para uma proporção considerável da população. A maioria (59 por cento) dos três grupos populacionais não produz um excedente que possa ser vendido para gerar rendimentos. A assistência alimentar é irregular e os deslocados internos indicaram que, por vezes, foram obrigados a lavar as sementes para depois as comerem ou venderem. Por implicação, isto significa que o actual nível de capacidade de produção das famílias através dos seus próprios meios, bem como com a ajuda de emergência, nomeadamente a ajuda alimentar, é ainda inadequado para ter um impacto sério que resolva o problema da falta de segurança alimentar e como fonte de subsistência. Choques climáticos (secas, períodos de seca prolongados e inundações), solos pobres e falta de acesso a factores de produção que aumentem a produtividade.

Desagregando por tipo de população, 63 por cento dos deslocados internos declararam ter alimentos suficientes para comer, contra os 83 por cento dos inquiridos da comunidade acolhedora que declararam produzir alimentos suficientes para comer. Os retornados, por outro lado, apresentaram a menor capacidade de comer o que produzem, com apenas 55 por cento dos inquiridos a dizerem que produzem o suficiente para comer. Em termos de capacidade de venda de produtos agrícolas, apenas 23 por cento dos deslocados internos; 57 por cento das comunidades acolhedoras e 35 por cento dos retornados declararam produzir o suficiente para vender.

Dado que a maioria dos três perfis comunitários tem acesso a terra segura, mesmo em contextos específicos, outros factores de limitação da produção desempenham um papel importante nas áreas observadas. Com base nos FGDs e KIIs, estes incluem o acesso a tecnologias adequadas para o aumento de produção e produtividade, especialmente variedades adequadas, sementes de qualidade, fertilizantes, sistemas de cultivo que aumentam a fertilidade do solo e outros correctivos do solo, conforme necessário.

As principais culturas produzidas nos distritos objecto do estudo foram o milho, o feijão bóer, o amendoim e a mandioca. O gergelim era abundante em Balama, o feijão comum em Quissanga, a castanha de caju em Erati, a batata-doce e a abóbora no distrito de Corrane. A pesca é outra importante fonte de subsistência, especialmente conside-

rando que alguns deslocados provêm das comunidades piscatórias de Quissanga, Mocimboa da Praia, Muidumbe e Palma. No entanto, com excepção das IDPSs acolhidas no distrito de Mecufi e Metuge, outras IDPSs têm de se adaptar à agricultura, mesmo com competências limitadas para a produção de culturas. A aquacultura pode ser vital para os deslocados provenientes de comunidades piscatórias e alojados em distritos do interior.

Outras fontes de subsistência identificadas neste estudo incluem a criação de gado, especialmente a produção de pequenos ruminantes, como fonte de proteínas e diversificação dos meios de subsistência. Em alguns distritos (Metuge, Balama), a recolha e venda de bambu é crucial para os deslocados internos e para as comunidades acolhedoras. Em Corrane (distrito de Meconta), a recolha e venda de lenha era mais dominante do que noutros distritos. Em quase todos os distritos visitados, as IDPSs, as comunidades acolhedoras e os retornados estão envolvidos em pequenos negócios, com ênfase no comércio de peixe e de produtos agrícolas. Para os retornados, observou-se que as oportunidades de subsistência são limitadas.

Os factores de produção agrícola não eram acessíveis. Através de entrevistas qualitativas, os inquiridos indicaram que os insumos não só eram demasiado caros, como também os fertilizantes só estavam disponíveis nas cidades. Os distritos dependem das cidades de Nampula e Pemba para estes insumos. A rede de agro-comerciantes está subdesenvolvida e isto limita a disponibilidade dos fertilizantes. Muitos dos comerciantes abandonaram as suas lojas devido à insegurança. A rede de estradas difícil e o afastamento das áreas de reassentamento criam um desincentivo aos fornecedores de insumos agrícolas.

Excepto em Balama, Corrane (Meconta), a maioria dos solos é de baixa fertilidade, especialmente as novas áreas abertas para os deslocados nos blocos de produção. Este facto limita as culturas que podem ser cultivadas de forma viável pelas comunidades. Uma produção diversificada adaptada que promova culturas que se adaptem ao tipo de solo seria uma abordagem útil.

O acesso à água para fins agrícolas foi outro factor de limitação, uma vez que muitos deslocados internos e comunidades acolhedoras dependem da chuva para a produção de culturas. A produção de alimentos através horta caseira e da irrigação de pequenos agricultores aumentaria as oportunidades de produção de alimentos suplementares e de geração de rendimentos para os três tipos de popula-



ção. Para que isso aconteça, é necessário investir em intervenções comunitárias de água para a agricultura. Estas incluem a construção de barragens de terra comunitárias, barragens de açude e a abertura de furos.

Tendo em conta o conjunto de factores de limitação e as condições existentes no terreno, deve ser promovida uma abordagem diversificada que reconheça as limitações de alguns meios de subsistência baseados na agricultura e que complemente as intervenções agrícolas em função do contexto. O recurso à assistência pecuniária para os deslocados internos, os retornados e as comunidades acolhedoras permitir-lhes-ia satisfazer as suas necessidades básicas. Ficariam também habilitados a tomar decisões sobre os melhores meios de subsistência em que investir, com base na situação no terreno. Há muitas oportunidades que podem ser aproveitadas para ajudar as comunidades a retomar os seus meios de subsistência. Estas incluem o apoio ao arranque de pequenas empresas, instalações de irrigação em pequena escala, produção de sementes, melhoria do acesso a veios de batata-doce, formação em GAP, incluindo criação e saúde animal, produção animal, agro-processamento (por exemplo, moagem de milho), etc. Isto permitiria às IDPS e aos Retornados desenvolverem a sua auto-suficiência e resiliência, construindo a base para a obtenção de soluções duradouras, que incluem a integração local para as IDPS e o regresso e reintegração bem-sucedidos para os Retornados.

Situação do mercado

Em geral, os inquiridos (96 por cento) indicaram que conseguiram vender o que produziam. A maioria dos inquiridos (73 por cento) também indicou que existe actualmente uma lacuna na disponibilidade de stock dos produtos que gostariam de comprar nos mercados, enquanto alguns (60 por cento) também sentiram que os preços eram demasiado

elevados para estes produtos. O milho (44 por cento), seguido do gergelim (15 por cento) e do amendoim (12 por cento), foram considerados como oferecendo as melhores oportunidades de mercado entre os três perfis de população. Estes resultados realçam a lacuna na disponibilidade de produtos agrícolas nos mercados. Também apontam para o elevado potencial existente para aumentar a produção de modo a satisfazer a procura local e contribuir para a segurança alimentar e nutricional e para os meios de subsistência dos deslocados internos, das comunidades acolhedoras, dos retornados e do público nos distritos avaliados.

TABELA 14 Produtos agrícolas com maior quota de mercado

PRODUTOS AGRÍCOLAS	PERCENTAGEM
Milho	44.1
Gergelim	14.6
Amendoim	12.3
Arroz	8.5
Feijões	7.3
Mandioca	5.4
Castanha de caju	3.6

Também houve diferenças nas proporções das percepções em termos de quais culturas tinham o melhor potencial de mercado entre homens e mulheres. O maior potencial foi observado na pontuação para o milho pelas mulheres (50 por cento) e 41 por cento para os homens. Seguiu-se o gergelim, com 16 por cento de homens e 12 por cento de mulheres. O amendoim foi o terceiro, com 13 por cento de homens e 12 por cento de mulheres. Outra cultura importante a este respeito foi o arroz, com 9 por cento para as mulheres e 8 por cento para os homens.

COM BASE NOS VOSSOS CONHECIMENTOS, QUE PRODUTOS AGRÍCOLAS TÊM POTENCIAL DE VENDA?	QUAL É O GÉNERO DO CHEFE DO HH?		
	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Feijões	60	94	154
	8.11	6.84	7.28
Pimentão	0	1	1
	0	0.07	0.05
Couve	1	3	4
	0.14	0.22	0.19
Cenouras	0	1	1
	0	0.07	0.05
Castanha de caju	10	66	76
	1.35	4.8	3.59
Mandioca	30	84	114
	4.05	6.11	5.39
Couve-flor	1	1	2
	0.14	0.07	0.09
Algodão	1	0	1
	0.14	0	0.05
Não sei	10	11	21
	1.35	0.8	0.99
Amendoim	86	175	261
	11.62	12.73	12.34
Alface	0	3	3
	0	0.22	0.14
Milho	369	563	932
	49.86	40.95	44.07
Quiabo	0	1	1
	0	0.07	0.05
Cebolas	1	0	1
	0.14	0	0.05
Abóbora	0	1	1
	0	0.07	0.05
Arroz	69	111	180
	9.32	8.07	8.51
Gergelim	92	216	308
	12.43	15.71	14.56
Sorgo	2	10	12
	0.27	0.73	0.57
Soja	3	8	11
	0.41	0.58	0.52
Cana-de-açúcar	0	5	5
	0	0.36	0.24
Girassol	0	2	2
	0	0.15	0.09
Batatas doces	3	1	4
	0.41	0.07	0.19
Tomates	2	18	20
	0.27	1.31	0.95
Total	740	1375	2115
	100	100	100

Apesar desta perspectiva geral, os mercados de produtos agrícolas foram difíceis para alguns deslocados internos, como em Mecufi e Mueda. Isto deve-se à longa distância dos mercados e aos desafios no transporte dos produtos.

TABELA 15 Barreiras de acesso a um mercado

BARREIRAS	PERCENTAGEM
Falta de meios de transporte	50.6
Sem capacidade para pagar o transporte	41.4
Sem mercado	19.5
Outros obstáculos	0.1

Recomendações para a criação de meios de subsistência autónomos e resilientes para as IDPS, os retornados e as comunidades acolhedoras

O governo e os parceiros humanitários e de desenvolvimento devem:

- Facilitar o acesso à protecção social e aos seguros através das organizações de produtores poderia ajudar a melhorar ainda mais a auto-suficiência e a resiliência.
- Apoiar a intensificação das intervenções no domínio dos meios de subsistência agrícolas, bem como outras opções conexas (como a pesca e a apicultura), uma vez que a maioria dos deslocados internos, das comunidades acolhedoras e dos retornados já estão familiarizados com a agricultura (milho, mandioca, milho-miúdo e feijão, etc.) como principal fonte de subsistência.
- Aumentar o apoio à produção de culturas de ciclo curto (culturas anuais com poucos factores de produção, como a batata-doce, o gergelim, o painço, o sorgo e as leguminosas) para os deslocados internos, especialmente aqueles cujo acesso à terra é relativamente curto. As comunidades anfitriãs e os retornados podem ser apoiados para diversificarem a sua produção no âmbito do reforço da resiliência, incluindo o milho, a mandioca e as culturas arbóreas de elevada procura, como a moringa e a castanha de caju.
- Incluir assistência humanitária a curto e médio prazo, acompanhada do reequipamento dos retornados com factores de produção agrícola e artes de pesca, bem como do reforço das capacidades para melhorar os meios de subsistência e aumentar a resiliência.

- Ter em conta as necessidades em termos de capacidades das IDPS com antecedentes não agrícolas na concepção das intervenções agrícolas, a fim de garantir que o regresso não se faça devido à falta de oportunidades de subsistência.
- Implementar abordagens inovadoras complementares; acesso a sementes de alta qualidade de variedades melhoradas de culturas através de uma abordagem sistémica (reforço da garantia de qualidade das sementes e do acesso às sementes), reforço dos sistemas de acesso a fertilizantes e outros agro-insumos (agro-negócios), fornecimento de maquinaria e equipamento de lavouara adequados, furos para irrigação solar comunitária de pequenos agricultores para multiplicação de sementes e produção suplementar de alimentos.
- Reforçar a capacidade das cadeias de valor das comunidades no que respeita às fontes de subsistência não agrícolas (por exemplo, apicultura, pesca e aquicultura) como medida de adaptação ao papel crescente deste aspecto, tal como evidenciado pelo seu crescimento entre os retornados. Opções como a apicultura podem aumentar o seu rendimento. Será necessária formação, bem como o fornecimento de equipamento de criação de abelhas e de transformação.
- Protecção e recuperação dos ecossistemas em torno dos deslocados internos e das comunidades acolhedoras RSs: sensibilizar e desenvolver/reforçar orientações sobre a protecção, recuperação e gestão dos ecossistemas.
- Criar sistemas de colecta de águas pluviais e furos, acompanhados da utilização de energia solar renovável. Esta poderia ser utilizada para viveiros e produção de sementes, recuperação de ecossistemas e como meio de aumentar a viabilidade dos meios de subsistência agrícolas para garantir a resiliência e a auto-suficiência das comunidades afectadas.

COEXISTÊNCIA

Introdução

Quando as populações deslocadas chegam a uma nova área, a dinâmica local pode ser perturbada pelas diferenças de hábitos e costumes, língua e religião, bem como a competição pelo acesso aos recursos naturais, como a água, a terra e os produtos florestais, e aos serviços, como escolas, hospitais e mercados locais. Estes factores podem ser uma fonte de tensões e de potenciais disputas e conflitos entre comunidades. Além disso, quando as intervenções humanitárias não são sensíveis ao contexto da deslocação e à dinâmica local, podem também desencadear disputas. Compreender o contexto local e a dinâmica social é fundamental para identificar as fontes de tensão existentes e potenciais, a fim de evitar a criação de novas tensões ou o agravamento das existentes.

Podem surgir tensões quando há um afluxo de deslocados internos para uma nova área, mas também quando os deslocados internos regressam às suas áreas de origem. O contexto do norte de Moçambique não é uma excepção. Embora se soubesse que existia alguma fricção entre as comunidades, não era claro quais seriam as fontes de tensão.

Constatações

Apesar da existência de tensões entre as comunidades, 88 por cento dos inquiridos referiram que não havia tensões entre os grupos. Durante as entrevistas qualitativas, muitos inquiridos salientaram que fizeram amigos na comunidade e que realizam actividades de lazer em conjunto.

Outros aspectos positivos incluem, por exemplo, o sentimento das comunidades acolhedoras de que a chegada das IDPS trouxe desenvolvimento para a sua comunidade em termos de infra-estruturas; ao mesmo tempo, outros membros da comunidade acolhedora afirmaram que, graças às IDPSs, mais assistência humanitária estava a ser levada até eles. Como afirmou um membro da comunidade acolhedora em Mecufi, Cabo Delgado, quando questionado sobre as mudanças que sentiam na comunidade antes e depois da chegada dos deslocados internos:

“Vejo que desde que chegaram muitas coisas mudaram, antes não recebíamos qualquer apoio, agora recebemos ainda mais, agora já recebemos insumos agrícolas, enxadas, milho. Há muito tempo atrás semeávamos de qualquer maneira, mas agora ensinam-nos a melhor maneira, semeamos em linha, e isso é uma boa mudança.”

E em Meconta, em Nampula:

“Muitas coisas mudaram com a chegada dos deslocados internos, agora temos energia, recebemos sementes, enxadas e muitas coisas boas.”

Também em Meconta:

“A lenha é menos porque os bons paus acabaram, temos muita água agora, tínhamos um furo e agora temos três.”

“sim, vejo muitas vantagens agora, temos tanques de água, usamos os tanques das empresas para beber água e agora que os deslocados internos chegaram já temos dois tanques e nunca costumávamos discutir sobre a água. As escolas eram pequenas e agora aumentaram.”

Contudo, embora ambas as comunidades, anfitriãs e deslocadas, tenham declarado que, no início, as relações entre elas eram boas, a avaliação identificou os seguintes factores como fontes de tensão:

Assistência humanitária

Em todas as áreas onde decorreu o estudo, foi referido que, apesar do sentimento inicial de solidariedade e acolhimento por parte das comunidades acolhedoras, a primeira fonte de tensão entre comunidades foi o facto de, no início do conflito, os parceiros humanitários terem distribuído assistência apenas aos deslocados internos, mas não às comunidades acolhedoras. Convém recordar que, mesmo antes do conflito, as comunidades acolhedoras também enfrentavam muitas vulnerabilidades. Isto fez com que as comunidades acolhedoras se sentissem deixadas para trás, apesar da sua solidariedade, o que, simultaneamente, provocou ressentimentos e desencadeou outras acções negativas por parte dos acolhedores em relação aos deslocados internos, principalmente a devolução das terras emprestadas. No entanto, o governo, através do Grupo de Trabalho para a Agricultura (AWG), co-liderado pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e pela FAO, tomou medidas para resolver esta questão e implementou a condição de distribuir sistematicamente a assistência tanto aos deslocados internos como às comunidades acolhedoras numa proporção de 60 por cento: 40 por cento, respectivamente. Como foi afirmado por um funcionário do governo no distrito de Montepuez:

“(...) as comunidades acolhedoras, sentem-se injustiçadas, porque recebem os deslocados, dão-lhes terra, dão-lhes espaço para habitação, mas os parceiros quando vêm, só procuram os deslocados e esquecem-se das comunidades acolhedoras...”

As infra-estruturas criadas pelos intervenientes humanitários e de desenvolvimento, tais como as infra-estruturas de água, também foram referidas como uma fonte de tensão entre as comunidades. Por exemplo, em Chiure e Balama, as comunidades acolhedoras relataram que as populações deslocadas não as deixavam utilizar o poço que os parceiros humanitários tinham criado nos RSS. É importante salientar que esta fonte de tensão, no entanto, se enquadra tanto na assistência humanitária como no acesso aos recursos naturais, nomeadamente à água.

Recursos naturais

Outra grande fonte de tensões observada nos distritos de acolhimento de deslocados internos prende-se com a gestão, propriedade e utilização dos recursos naturais, nomeadamente a **terra, a água e os recursos florestais**. Tal como foi indicado na secção sobre a posse de terra, a maioria das IDPSs está a pedir terras emprestadas às comunidades acolhedoras através de acordos informais, enfrentando casos de desapropriação das terras que estavam a utilizar quando receberam assistência humanitária unilateral. Esta situação criou sérias tensões entre as duas comunidades e frustração por parte das IDPS, o que teve outras consequências muito negativas para a sua segurança de subsistência, alimentar e de rendimentos e, por conseguinte, para a sua resiliência e auto-suficiência. Isto foi claramente afirmado, por exemplo, por uma pessoa deslocada em Mecufi:

... “(...) quando peço uma machamba, não me dão porque recebo apoio (humanitário)”.

Os deslocados internos pouco ou nada podem fazer para evitar serem despejados da terra que lhes foi emprestada, uma vez que não existe qualquer acordo formalizado para os que pedem emprestado. Os mecanismos locais de resolução de conflitos, que envolvem sobretudo os líderes comunitários, não costumam resolver a questão, uma vez que, na ausência de um acordo formal e de um mecanismo justo e imparcial de resolução de conflitos, o proprietário da terra pode retomá-la em qualquer altura.

Relativamente à água, também foram relatados problemas devido à escassez deste recurso básico e valioso. As infra-estruturas de água, bem como as fontes naturais, são escassas e as comunidades disputam o acesso à mesma, o que é agravado pelos efeitos da seca que os distritos visitados estão a enfrentar. Em Mueda, uma comunidade acolhedora relatou o seguinte:

... “Para mim, a crise da água aumentou com a chegada das pessoas deslocadas, e nós, mulheres, temos muitas actividades, como ir buscar lenha, trabalhos domésticos... é difícil procurar água.”

Uma situação semelhante foi relatada em Mecufi por uma IDPS, que afirmou que, apesar de as relações não serem muito más, o facto de terem apenas um furo na sua comunidade causava por vezes tensões quanto à sua utilização.

Como já foi referido, as mulheres enfrentam problemas de protecção muito graves, incluindo a exploração sexual, quando realizam a árdua tarefa de recolher recursos naturais, especialmente lenha e água. A título de exemplo, foi relatado um caso em Mueda por uma deslocada, em que lhe

foi explicado que foi extorquida por um membro da comunidade acolhedora que ameaçou abusar sexualmente dela se ela quisesse o seu balde de volta, quando estava a tentar recolher água de um riacho. Este é apenas um exemplo, e não um caso isolado, e tais casos não estão apenas relacionados com a água. As mulheres deslocadas internamente são mais vulneráveis a este tipo de violência devido à sua condição de mulher e de deslocada. Garantir o acesso seguro a energia e água seguras evita problemas de protecção e violência de género contra mulheres e raparigas. Simultaneamente, devem ser lançadas outras iniciativas para prevenir a violência baseada no género, tais como actividades de modelos masculinos, que visam a prevenção através da sensibilização dos membros masculinos da comunidade, uma abordagem que se revelou bem-sucedida noutros contextos.

Por outro lado, a lenha também foi mencionada como um problema. Por exemplo, em Montepuez, as comunidades acolhedoras referiram que têm de ir mais longe para recolher lenha desde que os deslocados internos chegaram às zonas:

... “Não temos água perto daqui, temos de ir longe para ir buscar água, é difícil recolher lenha, agora temos de ir mais longe porque onde recolhemos lenha damos-a aos deslocados internos.”

Esta questão também surgiu claramente nos RSs da província de Nampula. Os recursos florestais não devem ser ignorados, uma vez que se tornarão mais escassos ao longo do tempo, causando danos irreparáveis ao ambiente e aumentando a concorrência, tal como indicado na análise geoespacial, segundo a qual as pessoas têm de percorrer distâncias mais longas agora para recolher lenha do que antes do início do conflito.

Percepções negativas e preconceitos globais:

As percepções negativas, incluindo os preconceitos, foram frequentemente relatadas em todos os distritos onde o estudo foi realizado. Estas percepções parecem ser um produto ou ter aumentado devido à competição pela assistência humanitária e pelos recursos naturais. Também foram registadas divisões baseadas em diferenças culturais e de costumes. Por exemplo, em Chiure, um membro da comunidade acolhedora relatou o seguinte:

... “Os deslocados internos não têm qualquer respeito pela estrutura local, não nos entendemos bem uns com os outros”.

A recolha de dados quantitativos confirmou as conclusões da recolha de dados qualitativos. Como podemos observar abaixo, uma grande proporção dos inquiridos que tiveram disputas foi sobre assistência humanitária e recursos naturais.

TABELA 16 Tipos de conflitos registados entre os deslocados internos e as comunidades acolhedoras

TIPOS DE CONFLITOS	PERCENTAGEM
Sobre os recursos naturais	51.4
Actividade criminosa	2.8
Conflitos armados ou combates	2.8
Assistência suplementar das ONG/ONU	47.4
Outros	7.1
Nenhum conflito	9.9

Dos tipos de conflitos, 51 por cento entre os deslocados internos e as comunidades acolhedoras referiram-se a recursos naturais. A atribuição e o acesso à terra constituíram 91 por cento destes conflitos relacionados com os recursos naturais, seguidos pelo acesso e utilização de pontos de água (38 por cento) dos inquiridos.

TABELA 17 Conflitos relacionados com os recursos naturais

TIPO DE CONFLITOS	PERCENTAGEM
Conflitos de atribuição de terras e de acesso	90.9
Acesso e utilização de pontos de água	37.9
Acesso e utilização das terras de pastagem	3
Acesso e utilização dos recursos florestais	5.3

Relativamente às disputas em torno da terra, 80 por cento das IDPSs referiram que o problema é que os proprietários estão a tentar recuperá-la após algum tempo; no entanto, apenas 27 por cento das comunidades acolhedoras referiram esse facto como o principal problema. Ao mesmo tempo, a principal razão para as comunidades acolhedoras recuperarem as suas terras foi o apoio humanitário, tal como referido por 93 por cento dos deslocados internos e 70 por cento das comunidades acolhedoras.

No caso dos retornados, menos de 1 por cento indicou a existência de qualquer caso de tensão com os deslocados internos.

Mecanismos de resolução de conflitos

Os deslocados internos, as comunidades acolhedoras e os retornados relataram que os conflitos eram resolvidos a nível comunitário através de mecanismos baseados na comunidade. Cerca de 73 por cento dos inquiridos relataram que os conflitos foram resolvidos através da mediação de autoridades comunitárias e 19 por cento relataram que foram resolvidos ao nível da própria comunidade.

Das disputas relacionadas com a atribuição de terras e o acesso, 68 por cento estão relacionadas com o facto de os proprietários tentarem reclamar as suas terras aos deslocados internos após algum tempo. De acordo com o director da IDPS no distrito de Chiure, no RS de Marrupa:

“Quando alguém é expulso da terra, sentamo-nos para falar. Chamamos o chefe da aldeia (HC) e contamos-lhe. Mas o chefe da aldeia não acha que alguém tenha sido expulso da terra. Ele diz-nos para devolvermos o terreno ao proprietário. ... o chefe não se senta com as pessoas para falar porque o seu coração está com a sua comunidade.

Alguns dos deslocados internos perderam terras que tinham sido garantidas através de negociações entre o governo e as comunidades acolhedoras. As comunidades anfitriãs aproveitam-se da vulnerabilidade das IDPSs para extorquir dinheiro. Tal como evidenciado por um homem deslocado do distrito de Meconta, quando lhe perguntaram porque é que não tinha *machambas*:

“Quando o governo atribuiu estas explorações agrícolas, foi na presença dos habitantes locais, do chefe do posto e do chefe da aldeia, mas depois de o governo se ter retirado e de termos começado a trabalhar, os mesmos habitantes locais vieram e recuperaram as explorações agrícolas, alegando que eram deles e que o governo não iria entrar. Depois ameaçaram-nos de morte e de doença. Por isso, não os deixámos e fomos ter com eles e pagámos para utilizar os campos”.

Por conseguinte, é necessário garantir que ninguém seja discriminado no que respeita ao acesso à terra e a outros recursos naturais produtivos.



Recomendações

O governo e os parceiros humanitários e de desenvolvimento devem procurar identificar formas de minimizar, evitar, prevenir e resolver as tensões e os conflitos entre comunidades. A paz local é uma condição para se conseguirem soluções duradouras, e a sua falta pode desencadear mais deslocamentos. Propõem-se as seguintes recomendações ao governo e aos intervenientes relevantes para prevenir conflitos e melhorar as relações:

- Adopção de abordagens sensíveis aos conflitos e análise da dinâmica das deslocamentos forçados a nível local, a fim de compreender claramente a dinâmica das deslocamentos, o seu impacto na agricultura, nos meios de subsistência, na segurança alimentar e no acesso aos serviços e aos recursos naturais a nível local, bem como o estado das relações e, de um modo geral, os potenciais factores de conflito entre as populações de acolhimento e as populações deslocadas.
- Adopção de uma orientação inclusiva e participativa em todas as suas intervenções, com a participação dos líderes locais, dos deslocados internos, da comunidade acolhedora e dos líderes dos retornados, incluindo o reforço das capacidades das instituições consuetudinárias de resolução de conflitos, das estruturas comunitárias e dos líderes locais, a fim de aumentar a sua capacidade de lidar com os conflitos de terras.
- A promoção de actividades conjuntas para as IDPS, os retornados e as comunidades acolhedoras, tais como actividades conjuntas de subsistência, processos decisórios conjuntos, projectos de reabilitação, reforço conjunto das capacidades e outras iniciativas, incluindo plataformas de discussão, ajudará a criar confiança entre eles e a criar um sentimento comum de apropriação. A melhoria das relações contribui para a obtenção de soluções duradouras.
- Considerar a criação de plataformas multilaterais para a governação fundiária, onde os deslocados internos, os retornados, as comunidades acolhedoras, os respectivos líderes consuetudinários e os intervenientes governamentais relevantes se possam reunir, criando um grupo de trabalho sustentável que encontre soluções comuns para os problemas relacionados com a posse, com base nos comités pré-existentes formados no início da deslocação.
- Sensibilização e consciencialização dos membros masculinos das comunidades acolhedoras, de deslocados internos e de retornados, defendendo os direitos das mulheres e das raparigas, incentivando a denúncia de abusos e promovendo a redução da violência contra as raparigas e as mulheres, através de iniciativas como as actividades de modelos masculinos.



©FAO/Fábio De Sousa

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Introdução

A assistência humanitária é fundamental para fazer face à insegurança alimentar aguda e salvar vidas; em contextos de deslocação interna prolongada, estas intervenções não são suficientes e não contribuem para a obtenção de soluções duradouras. As intervenções de ajuda alimentar directa são concebidas para serem curtas no tempo e não se perpetuarem a longo prazo, devendo ser combinadas com intervenções de reforço da capacidade de resistência para obter um impacto duradouro. *As vidas dos deslocados internos podem não estar em risco, mas os seus direitos básicos e as suas necessidades económicas, sociais e psicológicas essenciais continuam por satisfazer após anos de exílio* (ACNUR). Intervenções inadequadas e inapropriadas, não adaptadas à realidade, às necessidades e às competências específicas das populações afectadas pela deslocação, podem perpetuar esta situação. Contribuir para a paz local é também um passo necessário. Por conseguinte, é necessário que os parceiros associem a ajuda imediata à recuperação a longo prazo; por outras palavras, que criem as bases para soluções duradouras para a deslocação interna.

Constatações

Pessoas deslocadas internamente:

- **Assistência alimentar:** Apesar da natureza prolongada da situação de deslocação da maioria das IDPS - dois anos em média, o que ultrapassa a situação de emergência inicial - uma parte das IDPS continua a depender da ajuda alimentar imediata. Isto significa que os seus níveis de resiliência e de auto-suficiência são assustadoramente baixos, uma vez que, na maioria dos casos, os entrevistados das IDPS referiram que, quando a ajuda alimentar se atrasa, têm dificuldade em aceder a alimentos suficientes. Significa também que não foi feito um investimento suficiente em actividades de auto-suficiência e de reforço da capacidade de resistência. Por exemplo, em Chiure, durante uma discussão dos grupos focais, quando lhes perguntaram como estavam a ganhar dinheiro, disseram o seguinte:
: "A maior parte de nós não tem um plano, fica à espera de
: apoio. Porque não há produção no campo. Não temos nada
: para comer, estamos à espera de apoios que não chegam."
As mesmas situações foram relatadas em locais de deslocados internos nas províncias de Cabo Delgado e Nam-pula, incluindo em Balama, Montepuez, Meconta e Erati.
- **Distribuição de factores de produção:** Os factores de produção agrícola, incluindo sementes e ferramentas, estão também a ser amplamente distribuídos, principal-

mente pelos intervenientes humanitários. Os deslocados internos e as comunidades acolhedoras referiram que este tipo de assistência era preferido, útil e positivo em todos os casos. Do lado negativo, foi também referido que, nalguns casos, estes insumos eram insuficientes (não havia tipos suficientes de sementes e utensílios), distribuídos tardiamente - fora da época de plantação -, especialmente sementes de má qualidade (e, por conseguinte, não era possível plantá-las), ou não eram totalmente complementados por um reforço das capacidades ou formação sobre as melhores práticas. Nalguns casos, foi relatado que, como as intervenções não foram feitas com consulta prévia, as comunidades foram sobrecarregadas com artigos de que não necessitavam: por exemplo, em Balama, um funcionário do governo relatou o seguinte:

: "Deveria haver uma consulta (com o SDAE e os deslocados
: internos, as comunidades acolhedoras e os retornados) an-
: tes de qualquer intervenção para conhecer os antecedentes
: das pessoas que queremos apoiar".

- **Insumos e capacitação:** Pelo contrário, as intervenções que combinaram a distribuição de insumos (tais como sementes e ferramentas) e o desenvolvimento de capacidades em grupos organizados, combinando comunidades deslocadas e de acolhimento, foram bem sucedidas e tiveram um impacto muito positivo não só na auto-suficiência dos participantes (incluindo a nível económico), mas também nas relações entre as comunidades. Por muito bem-sucedidos que tenham sido estes projectos, verificou-se, em geral, uma falta de continuidade. Por exemplo, em Chiure, um funcionário do governo informou que uma iniciativa de uma ONG parceira criou um grupo de agricultores composto por deslocados internos e comunidades acolhedoras, no qual cultivavam batata-doce. Foi um sucesso, pois conseguiram também obter um rendimento através da venda da batata doce; no entanto, não houve continuidade do projecto porque as comunidades não dispõem de material de plantação de qualidade (videiras).
- Outras ajudas de emergência incluíam **intervenções baseadas em dinheiro e em cupões**; no entanto, os vales eram mais comuns. Os beneficiários não relataram problemas com este tipo de apoio, excepto o facto de, em alguns casos, terem tido problemas com a troca de cupões por artigos preferidos. O dinheiro era a modalidade de assistência preferida, uma vez que as IDPS podiam comprar os artigos que consideravam mais necessários e preferidos.
- Outros tipos de assistência incluem **habitação e outras estruturas, como escolas**. Este facto foi observado na maioria das visitas dos CR.

Retornados

- Os retornados relataram que receberam muito pouco apoio humanitário ou de desenvolvimento desde a sua chegada. Por exemplo, em Mocimboa da Praia, na comunidade de Diaca, quase nenhum parceiro estava presente e a distribuir-lhes apoio, mas um quilograma de sementes (feijão) não era suficiente para retomar nada.

Comunidades acolhedoras

- O caso das comunidades acolhedoras era diferente do dos deslocados internos. As comunidades acolhedoras queixaram-se do facto de estarem a receber pouca ou nenhuma assistência humanitária. Contudo, as comunidades acolhedoras também receberam apoio, principalmente insumos, como sementes e ferramentas, em algumas das zonas visitadas, como Chiure. Outros também indicaram que beneficiaram indirectamente das infra-estruturas e do desenvolvimento proporcionados aos deslocados internos em algumas áreas, incluindo Corrane, em Nampula.

Recomendações: O que pedem as comunidades afectadas pela deslocação forçada?

A avaliação constatou que as IDPS e os retornados não dispõem de condições propícias e de apoio adequado para se reconstruírem melhor e se envolverem em meios de subsistência agrícolas sustentáveis; por conseguinte, a sua segurança alimentar e nutricional e, conseqüentemente, a sua resiliência e auto-suficiência estão em risco. No contexto das províncias de Cabo Delgado e Nampula, onde uma grande proporção de deslocados internos e retornados dependem da agricultura como fonte de alimentação e rendimento, apoiar e impulsionar os meios de subsistência baseados na agricultura, garantindo uma cobertura eficaz dos sistemas de protecção social. Esta acção abordará igualmente as questões da posse da terra e do acesso aos recursos naturais. O regresso nunca deve ser uma consequência da falta de oportunidades de subsistência e da insegurança alimentar dos deslocados internos, uma vez que tal coloca as pessoas em risco de vida. Caso contrário, as pessoas podem optar por regressar quando as condições de segurança física ainda não estão reunidas. Este facto realça a importância de apoiar as IDPS, quer decidam ou não regressar às suas zonas de origem no futuro.

As populações afectadas pela deslocação forçada, os deslocados internos, os Retornados e os seus anfitriões, devem fazer ouvir as suas vozes e opiniões sobre as necessidades e preferências em matéria de assistência dos parceiros.

Pessoas deslocadas internamente

A equipa de recolha de dados visitou 11 distritos de acolhimento de deslocados internos nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, onde a realidade e as necessidades das populações afectadas variaram naturalmente. Contudo, as principais tendências dos pedidos recebidos são as seguintes:

- **Assistência em dinheiro:** Os deslocados internos manifestaram preferência pela assistência em dinheiro, em vez de cupões ou vouchers, uma vez que esta lhes permite comprar os artigos de que mais necessitam.
- **Insumos agrícolas:** Os deslocados informaram que precisariam de uma maior variedade de sementes e ferramentas, bem como de fertilizantes e pesticidas para as zonas onde o solo é menos fértil. Em termos de culturas, actualmente, os deslocados estão a plantar sobretudo milho; no entanto, há uma preferência por outras culturas de longo prazo, incluindo cajueiros e mandioca (isto aplicar-se-ia aos blocos de produção do Governo).
- **Assistência alimentar atempada e suficiente:** Os deslocados internos continuam a sofrer de insegurança alimentar. Os problemas que enfrentam na produção alimentar impedem a sua capacidade de produzir alimentos suficientes para os seus HH; ao mesmo tempo, não têm capacidade financeira para se servirem de alimentos nos mercados locais. Assim, muitos deslocados internos, como observado anteriormente, dependem da assistência alimentar para satisfazer as suas necessidades alimentares básicas.
- **Apoio à criação de pequenas empresas:** Esta foi uma das preferências mais referidas em todas as áreas. As IDPS querem ser financeiramente independentes e querem envolver-se e criar empresas. Na sua maioria, as IDPS queriam retomar a actividade comercial, mas também aumentar a sua produção agrícola, poder contratar mão-de-obra e produzir mais.

Retornados

As populações regressadas encontravam-se numa situação diferente da dos deslocados internos. Apesar de a maioria ter acesso à terra assegurado, a maior parte dos bens e infra-estruturas existentes nas comunidades foram destruídos. Ao mesmo tempo, tiveram pouco apoio dos parceiros humanitários e de desenvolvimento para retomar os seus meios de subsistência. Precisam de assistência. As suas prioridades não são muito diferentes das dos deslocados internos:

- **Assistência alimentar:** Os retornados solicitaram assistência alimentar como prioridade máxima, principalmente em Palma e Mocimboa da Praia.
- **Reconstrução de infra-estruturas:** alguns retornados encontraram as suas casas e outras infra-estruturas importantes para a produção de alimentos e para a sua subsistência destruídas, incluindo pontos de água, mercados e reservas de sementes. Os furos de água encontravam-se destruídos, por vezes devido aos efeitos do conflito, outras vezes devido aos efeitos do tempo e à falta de manutenção.
- **Insumos agrícolas:** Quando regressaram, as pessoas viram-se sem activos para retomar a produção. Apesar de o Governo e a FAO terem prestado alguma assistência de emergência preliminar, os retornados exigiam mais sementes, incluindo hortícolas, ferramentas, incluindo enxadas e catanas, e gado, entre o qual as galinhas e as cabras eram as mais mencionadas.
- **Apoio em pequenos negócios:** tal como os deslocados internos, os Retornados tinham um passado variado em matéria de comércio e de empresas, que desejavam retomar, mas não dispunham do capital necessário para o arranque. Estas actividades incluíam o fabrico de bolinhos fritos e outros alimentos transformados, bancas de mercado, etc.
- As cabras e as aves de capoeira têm um potencial de segurança alimentar e de geração de rendimentos em todos os locais de acolhimento de deslocados internos e de retornados. Por outro lado, os parceiros devem considerar a aquacultura como uma potencial oportunidade de subsistência nas zonas onde residem deslocados internos com antecedentes de pesca.
- Conservação e transformação de alimentos: outras áreas de intervenção destacadas pelos funcionários governamentais incluem a transformação de matérias-primas alimentares. Os deslocados internos, as comunidades acolhedoras e os retornados poderiam ser apoiados com instalações de moagem (moinhos de martelos, incluindo os solares).

Distritos de acolhimento de pessoas retornadas

- Nos locais que regressaram, os SDAEs têm falta de pessoal, tanto nos escritórios, como também por não conseguirem chegar a todas as comunidades devido à falta de extensionistas. Ao mesmo tempo, o conflito impediu todos os esforços para que fossem formados de novo; por conseguinte, o pessoal da extensão precisa de uma nova formação, incluindo a utilização da e-extensão.
- Um aspecto fundamental das soluções duradouras é a apropriação pelo governo, que garantirá a continuidade e o êxito de qualquer intervenção a médio e longo prazo. É da maior importância que os parceiros de desenvolvimento ajudem o governo local a formar pessoal de extensão e a apoiar a sensibilização da comunidade (transportes como veículos e motocicletas).
- É necessário atribuir insumos, incluindo ferramentas e sementes, tais como produtos hortícolas e árvores de fruto, incluindo cajueiros, aos retornados.
- As comunidades piscatórias necessitam de artes de pesca e de outros factores de produção.

Comunidades acolhedoras

As comunidades acolhedoras, apesar de serem, em geral, mais resistentes e auto-suficientes do que os seus deslocados internos, são ainda comunidades muito vulneráveis, cuja subsistência pode ser alterada pela recente presença de deslocados internos. Viram o acesso aos recursos naturais diminuir. Isto está de acordo com a análise geo-espacial que indica que a diminuição da área florestal foi maior num raio de 5 km em comparação com 5 a 10 km dos RSs.

Governo

Distritos de acolhimento de pessoas deslocadas

O governo tinha, em geral, as seguintes recomendações para os parceiros que pretendessem intervir nas zonas:

- Seleção inclusiva: todos os parceiros devem ter como alvo ambas as comunidades quando implementam uma intervenção, para evitar causar tensões e conflitos nas comunidades.
- Meios de subsistência agrícolas geradores de rendimentos: Os parceiros têm de se certificar de que as IDPS e os seus anfitriões produzem o suficiente para comer, mas também o excedente para vender e, assim, satisfazer outras necessidades. A formação dos deslocados internos e das comunidades acolhedoras sobre as melhores práticas de produção agrícola seria fundamental neste domínio. O amendoim, a mandioca e a batata-doce foram mencionados como culturas viáveis, para além da horticultura.

Por conseguinte, é importante ouvi-los, uma vez que também eles são afectados pela deslocação. Também solicitaram assistência nas áreas dos insumos agrícolas, incluindo sementes e ferramentas, formação e actividades geradoras de rendimentos.

Recomendações

Os deslocados internos e os Retornados têm prioridades claras:

- Os intervenientes devem coordenar-se para prestar assistência alimentar imediata e, ao mesmo tempo, fornecer os instrumentos e a formação necessários, adaptados às necessidades locais e aos antecedentes dos deslocados internos e dos retornados, para reconstruir os meios de subsistência agrícolas dos deslocados internos, das comunidades acolhedoras e dos retornados.
- Ajudar os deslocados internos e os retornados a retomar as suas actividades comerciais e pequenos negócios para apoiar as actividades geradoras de rendimentos e o desenvolvimento de pequenas empresas agrícolas no âmbito das cadeias de valor agrícolas que lhes permitam obter rendimentos e ser auto-suficientes.
- Reconstrução de infra-estruturas consideradas essenciais para a viabilidade dos meios de subsistência agrícolas, incluindo mercados e pontos de rega comunitários para irrigação em pequena escala.
- Atribuição de prioridades à assistência pecuniária, para permitir que os deslocados internos e os Retornados escolham quais são as suas necessidades mais imediatas.

Recomendações programáticas

As recomendações baseiam-se nas constatações do estudo de avaliação e na sua contribuição para os quadros do Governo de Moçambique, nomeadamente o PSiDM, o PREDIN e o PRDC. Estes quadros estão alinhados e são um passo para a utilização da Convenção de Kampala da União Africana (2009), que foi ratificada pelo Governo de Moçambique em 2019.

GOVERNO APOIADO POR PARCEIROS HUMANITÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO PARA:

- Investir em factores de produção agrícola, culturas, pequenos animais, artes e equipamentos de pesca preferenciais para garantir a segurança alimentar, nutricional e de rendimentos dos deslocados internos, das comunidades acolhedoras e dos retornados. Para o efeito, deve ser adoptada uma abordagem de cadeia de valor. Isto significa que as principais partes interessadas, os actores e os grupos de interesse que apoiarão o processo desde a produção até ao mercado e ao consumo devem ser identificados e aproveitados. A utilização desta abordagem garantirá a sustentabilidade da produção.
- Criar mecanismos sensíveis ao género, à idade e aos conflitos para melhorar a disponibilidade de terras e garantir o acesso das IDPS, dos Retornados e das comunidades acolhedoras afectadas pelas deslocações, através de processos documentados e transparentes de atribuição de terras, da cartografia das zonas identificadas para os blocos de produção, do registo dos direitos de posse das IDPS nos blocos de produção e do reforço dos mecanismos de resolução de conflitos a nível local.
- Concentrar-se nas oportunidades existentes, tendo em conta as condições agro-ecológicas e socioeconómicas de cada distrito/esquema de reassentamento - culturas de rendimento, árvores de fruta, culturas de maturação precoce, produção de ramos de batata-doce, instalações de irrigação comunitárias ancoradas em energias renováveis, quando aplicável, diversificação dos meios de subsistência e fontes de rendimento (pequenos animais e ruminantes, pesca, apicultura).
- Complementar a distribuição de factores de produção com a capacitação em matéria de boas práticas agrícola.

las, a fim de garantir a sustentabilidade dos meios de subsistência agrícolas; a formação deve ser adaptada às necessidades específicas dos deslocados internos e dos Retornados, incluindo os que não têm formação e experiência agrícola.

- Promover a coexistência pacífica através de actividades conjuntas dos deslocados internos, dos retornados e das comunidades acolhedoras, incluindo actividades de reforço das capacidades, através de obras de reabilitação conjuntas, etc.
- Investir em meios de subsistência agrícolas abrangentes na situação de deslocação, para garantir o rendimento e a segurança alimentar desde o início. Isto aplica-se tanto aos deslocados internos como aos Retornados.
- Resolver o problema da escassez de água e adaptar-se aos impactos das alterações climáticas, tais como secas e inundações, através da criação/reabilitação de infra-estruturas hídricas, nomeadamente para a irrigação comunitária, por exemplo, através de actividades de troca de dinheiro por trabalho, investimento em formação em agricultura inteligente face ao clima, etc. Esta poderia ser uma actividade conjunta dos deslocados internos e da comunidade acolhedora.
- Quando aplicável, prestar assistência em dinheiro para permitir que as comunidades afectadas pela desloca-

ção satisfaçam as necessidades que considerem mais imediatas: Artigos de uso doméstico, alimentos, insumos agrícolas, entre outros.

- Reforçar o actual mecanismo de coordenação entre os parceiros humanitários e de desenvolvimento, a fim de aumentar o impacto das intervenções no âmbito da resposta de emergência.
- Apoiar e reforçar os serviços de extensão para que prestem um apoio contínuo aos deslocados internos, às comunidades acolhedoras e aos retornados em matéria de boas práticas (agricultura, pescas, pecuária, silvicultura), através de uma formação contínua e de um apoio logístico que lhes permita continuar a prestar assistência técnica e a acompanhar as colheitas.

Estas recomendações políticas e programáticas garantirão que o acesso seguro à terra e a outros recursos naturais produtivos contribua para melhorar a segurança alimentar, a resiliência e a auto-suficiência das comunidades afectadas pela deslocação nas províncias de Cabo Delgado e Nampula; contribua para a coexistência pacífica e lance as bases para a obtenção de soluções duradouras, quer optem por permanecer nas áreas de reassentamento ou regressem às suas áreas de origem quando houver paz. Os intervenientes devem garantir que as IDPSs não regressem apenas devido à falta de oportunidades de subsistência nas áreas de reassentamento, o que pode colocá-las em risco.



©FAO/Fabio De Sousa

Conclusão

A terra é o principal activo para a subsistência dos deslocados internos, das comunidades acolhedoras e dos retornados nas áreas avaliadas. A avaliação em Nampula e Cabo Delgado destaca a disponibilidade e o acesso à terra para uso pelos três perfis populacionais em diferentes contextos e ambientes.

Embora o governo tenha criado um número limitado de blocos de produção para os deslocados internos, as comunidades acolhedoras forneceram a maior parte das terras. Este facto apresenta tanto oportunidades para a auto-suficiência dos deslocados internos como desafios, tais como imposições de uso restrito (período de empréstimo da terra e tipos de culturas que podem ser cultivadas) por parte dos proprietários das comunidades acolhedoras. Este facto limita o potencial de utilização plena da terra pelos deslocados internos, um aspecto que os deixa altamente vulneráveis à segurança alimentar e nutricional e à falta de fontes de rendimento estáveis. Para proteger as IDPS e garantir a segurança da posse da terra, o governo tem de aumentar o acesso das IDPS à terra através da criação de mais blocos de produção. As intervenções de apoio devem também ser adaptadas de modo a ter em conta os desafios inerentes ao acesso à terra nos projectos conceptuais.

A produção vegetal é, de longe, a mais importante fonte de subsistência nas zonas avaliadas. Contudo, os actuais níveis de produção não são adequados para satisfazer as necessidades de segurança alimentar e nutricional dos três perfis populacionais avaliados. É necessário intensificar as intervenções transformadoras, adaptadas às necessidades de cada uma das comunidades, a fim de libertar plenamente o potencial dos meios de subsistência agrícolas para garantir a segurança alimentar, a geração de rendimentos e, em suma, a resiliência e a auto-suficiência das comunidades afectadas pelas deslocações, com vista a encontrar soluções duradouras.

As necessidades identificadas dos deslocados internos, da comunidade acolhedora e dos retornados nas áreas avaliadas apresentam complexidades que requerem uma abordagem coordenada, liderada pelo governo e com múltiplos intervenientes, que resolva de forma holística os principais desafios e ofereça soluções duradouras que aproveitem de forma sólida as oportunidades no âmbito do ambiente favorável que está a ser criado pelo governo e pela comunidade acolhedora através da disponibilização e do acesso à terra para actividades produtivas.

Os meios de subsistência agrícolas têm o potencial de contribuir para resolver e prevenir a insegurança alimentar aguda a curto, médio e longo prazo, reforçar a resistência e a auto-suficiência das comunidades afectadas pela deslocação e lançar as bases para que os deslocados internos se integrem nas zonas de reassentamento, se assim o desejarem, e eventualmente prosperem nas suas comunidades acolhedoras. Permite-lhes igualmente reintegrar-se com êxito nas suas comunidades de origem se decidirem regressar a casa quando for seguro fazê-lo.

A integração da abordagem no terreno e geoespacial é importante para monitorar as alterações nos indicadores-chave que podem ser mapeados. Os resultados da avaliação geoespacial devem ser calibrados e validados, tanto quanto possível, com a informação de base obtida no terreno. Deve ser promovida a utilização de ferramentas facilmente transferíveis para a recolha, processamento e divulgação de dados, acompanhada da capacitação do governo e dos parceiros locais.

A FAO está pronta para trabalhar com o governo e outros parceiros humanitários e de desenvolvimento na prestação de apoio que resultará em auto-suficiência e soluções duradouras para os deslocados internos, comunidades acolhedoras e Retornados nas áreas avaliadas do norte de Moçambique.

Disponibilidade, Acessibilidade e Uso da Terra

Pelos Deslocados Internos (IDPSs), Retornados e Comunidades acolhedoras
nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula, Moçambique